DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, quarta- feira, 22 de junho de 1977 — ANO II - Nº 117

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº. 3.746 DE 20 DE JUNHO DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º. da Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo nº. 006.684/77,

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica aberto à Secretaria de Administração, o crédito suplementar no valor de Cr$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) nas seguintes dotações orçamentárias:

03070212.034 - Manutenção das Atividades do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos

3.1.2.0 - Material de Consumo. 60.000,00
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais. 40.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros. 60.000,00
3.1.4.0 - Encargos Diversos..... 440.000,00

Art. 2º. - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior, será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º., Item III, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue, da Secretaria do Governo:

99999999.999 - Reserva de Contingência
3.2.6.0 - Reserva de Contingência..... 600.000,00

Art. 3º. - Ficam alteradas na forma dos quadros anexos, as Cotas Trimestrais de Despesa, das atividades mencionadas neste Decreto.

Art. 4º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 20 de junho de 1977

89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA — SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	PROJETOS / ATIVIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
IDR 2.034	Manutenção das Atividades do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos...	2.182.875	3.533.564	2.353.561	887.400	8.957.400
	- Pessoal e Encargos Sociais.....	1.551.439	2.400.000	1.203.561	-	5.155.000
	- Outras Despesas Correntes.....	535.954	944.046	1.000.000	787.400	3.267.400
	- Capital.....	95.482	189.518	150.000	100.000	535.000
TOTAL GERAL		2.182.875	3.533.564	2.353.561	887.400	8.957.400

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA — SECRETARIA DO GOVERNO

CÓDIGO	PROJETOS / ATIVIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
SEG 1.003	Celebração de Acordos, Contratos e Convênios.....	-	2.000.000	4.000.000	2.951.500	8.951.500
	- Outras Despesas Correntes.....	-	2.000.000	4.000.000	2.951.500	8.951.500
SEG 2.010	Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo.....	3.718.318	5.530.000	5.762.000	1.213.882	16.224.200
	- Pessoal e Encargos Sociais.....	3.594.481	5.040.000	5.000.000	554.619	14.189.100
	- Outras Despesas Correntes.....	120.071	310.000	622.000	633.029	1.685.100
	- Capital.....	3.766	180.000	140.000	26.234	350.000
SEG 9.999	Reserva de Contingência.....	-	3.839.641	20.973.724	-	24.813.365
COD. 2.801	Manutenção das Atividades da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central...	4.617.080	5.241.220	800.000	400.000	11.058.300
	- Pessoal e Encargos Sociais.....	3.617.080	4.241.220	-	-	7.858.300
	- Outras Despesas Correntes.....	1.000.000	1.000.000	800.000	400.000	3.200.000
TOTAL GERAL		8.335.398	16.610.861	31.535.724	4.565.382	61.047.365

MATÉRIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial", será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

-As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

-Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de ante cedência.

-As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.

-Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.

-Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

-A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento, por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL

do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR

ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:

Anexo I do Palácio do Buriti 6º andar

Telefones: Direto: 25.7803 - PABX - 256830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual ..... Cr$ 168,00
Semestral ..... Cr$ 84,00

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 132,00
Semestral ..... Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

-O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

-O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se, em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

- (Decreto Nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

DECRETO Nº. 3.748 DE 20 DE JUNHO DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 2.604.500,50 (Dois milhões, seiscentos e quatro mil, quinhentos cruzeiros e cinquenta centavos) à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º., da Lei nº. 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo nº. 005.247/77,

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto à Secretaria de Educação e Cultura, o crédito suplementar no valor de Cr$ 2.604.500,50 (Dois milhões, seiscentos e quatro mil, quinhentos cruzeiros e cinquenta centavos) na seguinte dotação orçamentária:

08421881.078 - Plano de Aplicação dos Recursos do Salário Educação
4.1.2.0 - Serviços em Regime de Programação Especial 2,604.500,50

Art. 2º.- O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, parágrafo 1º., Item II, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação do Salário Educação, Quota Federal.

Art. 3º.- O valor de que trata o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 2º. trimestre.

Art. 4º.- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 20 de junho de 1977
89º. da República e 18º. de Brasília
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO No. 3751 DE 20 DE junho DE 1977

Aprova o Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o artigo 20, II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 3º, III, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aprovado o Estatuto Social da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, votado pela Assembléia Geral Extraordinária, de 16 de junho de 1977, que com este baixa.

Art. 2º - O presente Decreto integra o Livro III, da Consolidação das Normas de Organizaçao Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 4º, do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, em 20 de junho de 1977
89º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

José Reinaldo Carneiro Tavares

ESTATUTO SOCIAL

DA

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

APROVADO PELA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE

16 DE JUNHO DE 1977

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO

Art. 1º - A Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, constituída na forma da lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, é uma empresa pública sob a forma de Sociedade por Ações, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, regida pelo presente Estatuto, pela supracitada lei e, subsidiariamente pela legislação das Sociedades Anônimas.

Art. 2º - O prazo de duração da TERRACAP é indeterminado.

Art. 3º - A TERRACAP terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Art. 4º - A TERRACAP tem por objeto a execução, mediante remuneração, das atividades imobiliárias de interes

se do Distrito Federal, compreendendo a utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens.

Parágrafo Único - A TERRACAP sucede à NOVACAP, assumindo-lhe os direitos e obrigações na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal.

Art. 5º - Para consecução de seus objetivos poderá a Companhia promover as desapropriações autorizadas e incorporar os bens desapropriados ou destinados pela União, Distrito Federal ou Estado de Goiás, na área prevista no art. 1º, da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 6º - O Capital Social da TERRACAP é de Cr$ .... 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) dividido em 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor de Cr$ 1,00 (um cruzeiro).

Art. 7º - O Distrito Federal e a União são responsáveis pela integralização, respectivamente, de 51% (cinquenta e um por cento) e 49% (quarenta e nove por cento) do Capital Social inicial.

Art. 8º - O Capital Social da TERRACAP poderá ser aumentado, com a participação de outras pessoas jurídicas do Poder Público em Geral, da Administração Direta ou Indireta, mantidos 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, na propriedade do Distrito Federal, e sendo permitida a alienação de ações da Companhia somente entre as entidades susceptíveis de admissão na forma deste artigo.

Art. 9º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10 - São órgãos da Administração da TERRACAP:

I - Assembléia Geral
II - Conselho de Administração
III - Diretoria

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 11 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até o dia 30 de abril a fim de tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição de gratificações a empregados e diretores e de dividendos aos acionistas, bem como exercer as demais atribuições que lhe são conferidas na forma da lei e deste Estatuto.

Art. 12 - A Assembléia Geral poderá reunir-se, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem, mediante convocação.

I - do Conselho de Administração;
II - da Diretoria;
III - do Conselho Fiscal, nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 163, IV.

Art. 13 - A Assembléia Geral compete, privativamente, além de outras atribuições conferidas por este Estatuto ou por Lei:

I - reformar o Estatuto Social;

II - deliberar sobre o laudo de avaliação dos bens com que o acionista concorre para a formação do Capital Social;

III - aprovar a participação das entidades mencionadas no art. 8º, no Capital da Companhia;

IV - autorizar a doação de bens imóveis pertencentes à Companhia, nos termos da lei, bem como a sua venda por preço especial;

V - deliberar sobre o cálculo do lucro líquido que servirá de base para as gratificações da Diretoria e empregados, de conformidade com o que dispuser as normas específicas sobre a matéria;

VI - deliberar, sobre a destinação do saldo dos lucros apurados que ficaram à sua disposição, de conformidade com as normas específicas;

VII - conceder licenças e justificativas de faltas ao Diretor Superintendente e aos demais Diretores por período superior a 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 14 - O Conselho de Administração, órgão normativo superior de orientação e controle da administração da TERRACAP, será constituído por 07 (sete) membros efetivos e 07 (sete) suplentes, pessoas naturais, residentes no País, dotados de experiência em Administração, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, não podendo ser parentes entre si ou dos membros da Diretoria, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

§ 1º - A Assembléia Geral designará, dentre os membros efetivos eleitos, o Presidente do Conselho e seu substituto.

§ 2º - Os membros do Conselho de Administração investir-se-ão no cargo por termo lavrado no livro de reuniões do Conselho de Administração.

§ 3º - A substituição de membros do Conselho de Administração será realizada mediante convocação de suplentes na ordem em que tenham sido eleitos.

§ 4º - A ausência injustificada, de qualquer dos membros eleitos, a 4 (quatro) reuniões consecutivas ou 8 (oito) alternadas, no mesmo exercício, implicará na extinção automática do seu mandato.

Art. 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á na sede da TERRACAP, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por mês e, extraordinariamente, quando convocados pelo seu Presidente, lavrando-se ata.

Art. 16 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral sob a forma de gratificação por comparecimento e participação nas reuniões, fixando-se o número de reuniões remuneradas no máximo de 8 (oito) por mês.

Art. 17 - Para funcionamento do Conselho de Administração é exigido o "quorum" mínimo de 4 (quatro) membros, além de seu Presidente, e suas decisões e resoluções serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate.

Parágrafo Único - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Art. 18 - Além de outras atribuições previstas neste Estatuto ou na Lei, compete, privativamente, ao Conselho de Administração:

I - orientar e controlar, através de diretrizes e normas, as atividades da TERRACAP e promover os meios necessários à realização de seus objetivos;

II - eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto;

III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informaçoes sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV - aprovar o seu regimento e suas alterações;

V - aprovar o Regimento da Companhia e suas alterações, inclusive normas operativas para o exercicio das atividades sociais previstas no artigo. 4º do presente Estatuto;

VI - aprovar e alterar as propostas anuais de orçamento-programa, de programação financeira, de orçamento plurianual, elaborados pela Diretoria;

VII - aprovar e alterar o sistema de classificação de empregos e os quadros de pessoal da Companhia, fixando os respectivos salários e gratificações mediante proposta da Diretoria;

VIII - apreciar contas, relatórios e balanços da Companhia;

IX - expedir normas sobre licitação, bem como para sua dispensa;

X - aprovar a participaçao da TERRACAP nas iniciativas de que trata o artigo 5º deste Estatuto;

XI - recomendar ou determinar a realização de auditorias ;

XII - requisitar à Diretoria documentos e informações necessárias ao exercício de sua competência;

XIII - decidir, por proposta da Diretoria, quanto à abertura de agências ou escritórios;

XIV - decidir sobre os recursos interpostos contra atos da Diretoria;

XV - autorizar a Companhia a contrair empréstimos ou aceitar doações, inclusive com encargos;

XVI - conceder licenças, justificativas de faltas ao Diretor-Superintendente e aos demais Diretores até 30 (trinta) dias e designar-lhes substitutos nas hipóteses dos artigos 31, II e 32, deste Estatuto;

XVII - resolver os casos omissos neste Estatuto e as questões que forem apresentadas pela Diretoria;

Art. 19 - São obrigatórias para a Companhia as decisões do Conselho de Administração, salvo quando delas for interposto recurso, recebido com efeito suspensivo, à Assembléia Geral, pelo Presidente do Conselho.

Parágrafo Único - O recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da data da decisão ou da ciência do interessado.

Art. 20 - Os Diretores poderão participar de reuniões do Conselho de Administração sem direito a voto:

I - a pedido, deferido pelo Conselho;

II - obrigatoriamente, quando convocados.

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA

Art. 21 - A Diretoria é órgão executivo de Administração Superior da TERRACAP e compõe-se de 4 (quatro) Diretores : Diretor-Superintendente, Diretor Técnico, Diretor Comercial e Diretor Administrativo e Financeiro

§ 1º - Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração dentre pessoas dotadas de experiência em Administração, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, não podendo ser parentes entre si ou dos membros do Conselho, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, observado , também, o disposto no artigo 147 e §§ da Lei 6.404/76.

§ 2º - Os Diretores, antes de entrar no exercício do cargo, apresentarão declaração de bens que será registrada no livro próprio .

§ 3º - E obrigatória a coincidência do término dos mandatos dos Diretores eleitos, contando-se em qualquer caso, para esse fim, a data da investidura mais antiga para a mesma gestão.

§ 4º - Os Diretores investir-se-ão nos respectivos cargos mediante assinatura de termo lavrado no livro de atas de reuniões da Diretoria.

Art. 22 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando necessário, lavrando-se ata das reuniões.

Art. 23 - Das deliberações da Diretoria que serão tomadas por maioria de votos, caberá recurso ao Conselho de Administração interponível no prazo de 20 (vinte) dias, contados da decisão impugnada ou de sua ciência pelo interessado.

§ 1º - O Diretor-Superintendente ou o Presidente do Conselho de Administração poderão conceder ao recurso, efeito suspensivo.

§ 2º - Nas reuniões da Diretoria o Diretor-Superintendente, além do voto comum, terá o de desempate.

Art. 24 - A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral.

Art. 25 - A Diretoria, coletivamente, compete, além de outras atribuições permitidas neste Estatuto:

I - executar as resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando for o caso, mediante a expedição de normas ou instruções gerais ou específicas;

II - submeter ao Conselho de Administração, as diretrizes gerais da administração da Companhia;

III - encaminhar, ao Conselho de Administração, os atos ou projetos de normas que dependam da autorização daquele Conselho;

IV - fornecer ao Conselho de Administração as informações necessárias ao acompanhamento das atividades da Companhia;

V - enviar ao Conselho de Administração, dentro de 60 (sessenta) dias a contar do encerramento do exercício, as contas, relatórios e balanços para os fins determinados no item VI do art. 18.

VI - definir as competências das unidades organizacionais e as atribuições das chefias;

VII - autorizar, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, contratos de obras ou os que envolvam obrigações para a Companhia;

VIII - autorizar aquisições de equipamento e material na forma regulamentar;

IX - elaborar e submeter ao Conselho de Administração os sistemas de classificação de empregos, os quadros de pessoal da Companhia e as tabelas de salários e gratificações;

X - elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração as propostas anuais de orçamento -programa, de programação financeira e de orçamento plurianual;

XI - submeter ao Conselho de Administração o Regimento da Companhia, bem como as normas operativas necessárias ao exercício das atividades sociais;

XII - indicar representantes da Companhia nos órgãos de administração e fiscalização de entidades de que participe;

XIII - conceder ao Diretor-Superintendente e demais Diretores, justificativas de faltas e licenças até 15 (quinze) dias;

XIV - expedir, com antecedência legal, notificação direta aos órgãos competentes da União sobre os assuntos de competência privativa dos acionistas, instruindo-a com os elementos necessários.

CAPÍTULO VII

DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR

Art. 26 - São Órgãos de Direção Superior da TERRACAP:

I - Superintendência;
II - Diretoria Administrativa e Financeira;
III - Diretoria Técnica;
IV - Diretoria Comercial.

Seção I

DA SUPERINTENDÊNCIA

Art. 27 - A Superintendência, unidade orgânica de direção Superior, é exercida pelo Diretor-Superintendente, que tem as seguintes atribuições:

I - representar a TERRACAP em juízo ou fora dele, diretamente ou por mandatário ou preposto com poderes especificados;

II - orientar, coordenar, supervisionar e gerir as atividades da TERRACAP;

III - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as decisões da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

IV - movimentar os recursos financeiros da Companhia, assinando os respectivos documentos e contas, juntamente com outro Diretor;

V - firmar em conjunto com um ou mais Diretores, os documentos que criem responsabilidades para a TERRACAP e os que exonerem terceiros para com ela;

VI - abrir a Assembléia Geral de Acionistas;

VII - convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

VIII - prover os empregos em comissão;

IX - admitir, designar, remover, punir, licenciar, justificar faltas, promover e demitir empregados da Companhia;

X - exercer outras atribuições previstas neste Estatuto ou que lhe forem determinadas ou delegadas pela Assembléia Geral, Conselho de Administração ou Diretoria.

Seção II

DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Art. 28 - A Diretoria Administrativa e Financeira, unidade orgânica de direção superior, é exercida pelo Diretor Administrativo e Financeiro, que tem as seguintes atribuições:

I - elaborar e propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades administrativas e financeiras da Companhia;

II - promover a elaboração e acompanhar a execução do orçamento-programa, da programação financeira e do orçamento plurianual;

III - orientar e acompanhar a gestão das atividades econômicas e financeiras da Companhia;

IV - exercer o controle da receita e da despesa da Companhia, bem como o dos suprimentos de numerário, depósitos, cauções, fianças, e de outras operações financeiras;

V - promover análise e elaborar planos visando manter perfeita e atualizada a estrutura administrativa e a organização da Companhia, adequando-as aos seus objetivos e finalidades;

VI - assinar, com o Diretor-Superintendente, todos os cheques e autorizações de pagamento e endossar aqueles destinados a depósitos em estabelecimentos da rede bancária.

Seção III

DA DIRETORIA TÉCNICA

Art. 29 - A Diretoria Técnica, unidade orgânica de direção superior, é exercida pelo Diretor Técnico, que tem as seguintes atribuições:

I - elaborar e propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades que lhe são afetas;

II - elaborar e propor estudos e projetos de criação de novos loteamentos e remanejamento dos já existentes:

III - elaborar projetos de engenharia e arquitetura de interesse da Companhia;

IV - emitir parecer técnico sobre assuntos relacionados com o patrimônio imobiliário da Companhia;

V - registrar e arquivar os documentos relativos à propriedade de imóveis da Companhia e providenciar a legalização de plantas e loteamentos existentes no Distrito Federal;

VI - fiscalizar, vistoriar e efetuar perícias técnicas em obras de interesse da Companhia e imóveis de sua propriedade;

VII - instruir processos de desapropriação de imóveis;

VIII - cumprir ou fazer cumprir normas relativas aos imóveis da Companhia, exceto as pertinentes à sua comercialização.

Seção IV

DA DIRETORIA COMERCIAL

Art. 30 - A Diretoria Comercial, unidade orgânica de direção superior, é exercida pelo Diretor Comercial, que tem as seguintes atribuições:

I - elaborar e propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades que lhe são afetas;

II - encaminhar à Diretoria Colegiada, com relatório fundamentado, propostas sobre operações comerciais relativas a imóveis de interesse da Companhia;

III - promover pesquisas de mercado visando perfeita atualização da oferta e da procura de imóveis no Distrito Federal, tendo em vista a realização de operações comerciais;

IV - elaborar laudos de avaliação de imóveis;

V - submeter à Diretoria Colegiada propostas de locação e arrendamento de imóveis de propriedade da Companhia;

VI - encaminhar à Diretoria Colegiada com relatório fundamentado, propostas que visem a transferência dos imóveis destinados à União e ao Distrito Federal;

VII - submeter à Diretoria, para homologação, o resultado das licitações para venda ou compra de imóveis;

VIII - adotar providências para alienação de imóveis autorizada pela Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO VIII

DAS SUBSTITUIÇÕES DOS DIRETORES

Art. 31 - O Diretor-Superintendente e os Diretores serão substituidos em suas faltas ou impedimentos:

I - até 15 (quinze) dias, pelo Diretor designado pelo Diretor-Superintendente;

II - por prazo maior, até 30 (trinta) dias, por designação do Conselho de Administração;

III - por mais de 30 (trinta) dias, competirá à Assembléia Geral a designação.

Art. 32 - Vago o cargo de Diretor-Superintendente ou de qualquer outro Diretor, o Conselho de Administração designará um dos membros da Diretoria para assumir cumulativamente o cargo, convocando-se imediatamente a Assembléia Geral para a eleição do substituto, que completará o mandato do substituído.

Parágrafo Único - Considerar-se-á vago o cargo de Diretor-Superintendente ou de outro Diretor, quando, sem causa justificada ou consentida, deixar de exercer suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias interpolados, no mesmo exercício, ou deixar de comparecer perante o Conselho de Administração quando convocado.

CAPÍTULO IX

DO CONSELHO FISCAL

Art. 33 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e de suplentes em igual número, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Os Conselheiros tomarão posse mediante termo lavrado em livro próprio.

Art. 34 - O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas na Lei das Sociedades Anônimas.

Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral na forma da lei.

Art. 35 - Em caso de vaga no Conselho Fiscal ou no impedimento de qualquer de seus membros por mais de 3 (três)meses, haverá convocação de um suplente, respeitada a ordem da eleição.

Art. 36 - O Conselho Fiscal reunir-se-á:

I - uma vez por semana para tomar conhecimento dos balancetes e proceder aos exames de que trata a Lei.

II - anualmente, para elaborar e apresentar, até o último dia do mês de março, na forma da Lei e deste Estatuto, parecer escrito sobre os negócios e operações sociais do exercício em que serviram;

III - extraordinariamente, sempre que julgar necessário ou quando convocados pelo Diretor-Superintendente ou pelo Conselho de Administração;

CAPÍTULO X

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO RESULTADO ECONÔMICO

Art. 37 - O ano social coincide com o ano civil.

Art. 38 - Anualmente proceder-se-á ao levantamento do balanço geral para apuração dos resultados.

Art. 39 - Os lucros apurados ao final de cada exercício serão distribuidos da seguinte maneira:

I - 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal até alcançar 20% (vinte por cento) do Capital;

II - 50% (cinquenta por cento) no mínimo, destinado a dividendos e/ou ao fundo de aumento do Capital;

III - Até 15% (quinze por cento) da soma dos dividendos mais a quantia levada para o fundo de aumento do Capital destinados à gratificação dos empregados, calculada na forma prevista nos parágrafos 1º e 2º deste artigo;

IV - Até 10% (dez por cento) da soma dos dividendos mais a quantia levada ao fundo de aumento do Capital, destinados à gratificação dos Diretores, calculada na forma prevista pelos parágrafos 1º e 3º deste artigo;

V - O saldo ficará à disposição da Assembléia Geral.

§ 1º - As gratificações previstas nos incisos III e IV somente serão devidas quando forem distribuídos dividendos de, no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido;

§ 2º - A gratificação prevista no inciso III deste artigo não poderá ultrapassar, individualmente, a 2/12 (dois doze avos) do total da remuneração percebida no período base, excluidos desse total o 13º (décimo terceiro) salário, horas extras, ajuda de custo e diárias.

§ 3º - A gratificação prevista no inciso IV deste arti

go não poderá exceder o total dos honorários percebidos, durante o período base, abrangido pelo respectivo balanço, sendo calculada, com relação a cada um dos Diretores, considerando-se somente, a remuneração mensal do exercício do cargo, excluidas quaisquer gratificações auxiliares e vantagens, sendo proporcional ao tempo de exercício de cada Diretor.

§ 4º - O cálculo do lucro líquido que servirá de base à apuração das gratificações previstas nos incisos III e IV deste artigo obedecerá à regulamentação normativa baixada pela Assembléia Geral dos Acionistas.

CAPÍTULO XI

DA ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL

Art. 40 - Os empregados da TERRACAP ficam sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar em suas relações com a Companhia.

Art. 41 - Na admissão de pessoal para a Companhia observar-se-ão as normas referentes à matéria, expedidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Na hipótese de inexistência dessas normas, aplicar-se-ão as normas vigentes no Distrito Federal.

Art. 42 - Os funcionários públicos colocados à disposição da TERRACAP, reger-se-ão pela legislação que lhes é própria, ficando, entretanto, sujeitos à jornada de trabalho estipulada pela Diretoria.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 43 - A Companhia entrará em liquidação nos casos e na forma previstos em Lei.

Art. 44 - A Companhia goza de isenção de impostos da União e do Distrito Federal na forma prevista no inciso VII, do artigo 3º, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972.

Art. 45 - Os terrenos pertencentes à TERRACAP, necessários aos serviços da União ou do Distrito Federal, serão por esta doados àquelas pessoas jurídicas de Direito Público Interno (art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972).

Art. 46 - A TERRACAP poderá aceitar doações, inclusive com encargos e receber transferências de recursos públicos ou gerí-los (art. 3º, inciso XI, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972).

Art. 47 - A TERRACAP, no desempenho de seus objetivos sociais, fica sujeita à supervisão e ao controle da Secretaria de Viação e Obras e à auditoria financeira exercida pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal.

Art. 48 - Os bens na área do Distrito Federal, incorporados mediante desapropriação ao patrimônio da Companhia, são para a realização de seus objetivos sociais, alienáveis e livres de qualquer direito ou preferência legal em favor dos desapropriados (art. 4º, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972).

Art. 49 - Responsabiliza-se a TERRACAP pelo acolhimento, com 10% (dez por cento) de ágio para amortização ou quitação do preço de lotes urbanos no Distrito Federal, das obrigações ao portador, ou títulos especiais já emitidos pela NOVACAP, em decorrência de autorização contida no art. 11, da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.

Art. 50 - Obriga-se a TERRACAP a aplicar parte de sua receita em obras e serviços de urbanização, de infra-estrutura e obras viárias do Distrito Federal e outras do interesse do Distrito Federal, podendo, para isso, celebrar convênios e contratos.

Parágrafo Único - O orçamento-programa de cada exercício da Empresa fixará o recurso a ser aplicado.

Art. 51 - Este Estatuto será submetido à aprovação do Governador do Distrito Federal (art. 3º, inciso II, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972).

DECRETO DE 20 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear Rubem Furtado Gueiros para o cargo em comissão, Código DAS 102.2, de Assessor da Chefia do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 20 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS.

Secretaria do Governo

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, JOAQUIM ARANTES NETO, matrícula nº. 18.467, do Cargo em Comissão, Código DAS - 101.1, de Diretor da Divisão de Informação e Estatística, da Coordenação do Sistema de Planejamento da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Finanças

DECRETO DE 20 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar Rubem Furtado Gueiros, do cargo em comissão, de Auditor, Código DAS 102.1, do Departamento de Auditoria, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, por ter sido nomeado para exercer outro cargo.

Distrito Federal, 20 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretaria de Serviços Públicos

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar SONIA LYDIA SIMON, Taquígrafa, Classe "B", código NM - 815.7, matrícula nº. 9085, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC - 01, de Assessor Técnico do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar SONIA LYDIA SIMON, Taquígrafa, Classe "B", código NM - 815.7, matrícula nº. 9085, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, símbolo FC - 02, de Assessor Auxiliar do Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, por ter sido designada para exercer outra função.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar GERALDO WAGNER, matrícula nº. 18.394, para exercer a Função em Comissão, símbolo FC - 02, de Assessor Auxiliar do Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar GERALDO WAGNER, matrícula nº. 18.394, do Cargo em Comissão, código DAS - 101.2, de Diretor do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, por ter sido designado para exercer outra função.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, JOSÉ LEITE COUTINHO, matrícula nº. 14.351, do Cargo em Comissão, código DAS - 102.1, de Assessor do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 16 DE JUNHO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº. 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Economista JOAQUIM ARANTES NETO para exercer o Cargo em Comissão, código DAS - 101.2, de Diretor do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DESPACHOS

PROCESSO Nº 11.959/77
INTERESSADO: Luiz Paulo Filgueira - 2º Sargento PM
ASSUNTO: Prefeitura Municipal de Caicó/Rio Grande do Norte requisitando o referido militar.

DESPACHO:

Ao Gabinete Militar.
Autorizo o atendimento, pelo prazo de um ano.
Em, 18.06.77
ELMO SEREJO FARIAS
Governador

CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA ABERTURA DO CONVITE Nº 01, DE 1º DE JUNHO DE 1977

Aos sete dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e sete, no segundo andar do Edifício Venâncio IV, onde funciona o Conselho Penitenciário do Distrito Federal, reuniu - se a Comissão instituída pela Portaria nº 11, de 31.05.77, constituída pelos servidores WAHINGTON VOLIVAR DE BRITO JUNIOR, JUAREZ VILANOVA RAIMUNDA LÊDA CORDEIRO VIANA, sob a presidência do servidor WASHINGTON BOLIVAR DE BRITO JUNIOR, iniciados os trabalhos, foram abertas as propostas apresentadas pelas firmas EMPAL - EMPREITEIRA AUXILIAR DE OBRAS LTDA., CORDIAL - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CONSERVO - SERVIÇOS GERAIS S/A e JUIZ DE FORA - EMPRESA JUIZ DE FORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA., que atenderam ao Convite nº 01/77, de 1º de junho do mês em curso, deste Órgão. Examinadas as referidas propostas a Comissão decidiu optar pela firma EMPAL - EMPREITEIRA AUXILIAR DE OBRAS LTDA., que cotou o menor preço para contratação de mão de obra especializada de 03 (três) Condutores de Viaturas constante do Convite acima referido, no total mensal global de Cr$ 17.644,92 (dezessete mil, seiscentos e quarenta e quatro cruzeiros e noventa e dois centavos). Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos da Comissão. E, para constar, eu Raimunda Lêda Cordeiro Viana, lavrei a presente ata que, achada conforme, será assinada pelo Presidente e pelo outro membro da Comissão.

Brasília, 07 de junho de 1977 - WASHINGTON BOLIVAR DE BRITO JUNIOR; JUAREZ VILA-NOVA

ÓRGÃOS VINCULADOS AO GABINETE CIVIL

ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS - A.U.D.

Atos do Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 022 DE 11 DE MAIO DE 1977

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo inciso II do Artigo 2º do Decreto nº 2519 de 28 de dezembro de 1973, combinado com inciso III do Artigo 8º do Regimento desta Administração, aprovado pelo Decreto nº 2520, da mesma data.

RESOLVE:

I- Dispensar, a Servidora DELFINA MACHADO, Auxiliar de Administração II, Símbolo EP/10, Mat. 051/AUD, a partir de 05 de abril de 1977.

II- Declara vago o Emprego Permanente de Auxiliar de Administração Símbolo EP/10 da TEP/AUD, a partir de 05 de abril de 1977.

Brasília, DF. 11 de maio de 1977

TAQUEGI KORESSAWA
Superintendente

SECRETARIA DO GOVERNO

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE JUNHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.755 de 25 de outubro de 1974,

RESOLVE:

Designar o Engenheiro - Civil ANTONIO EVANDI MENDONÇA, matrícula nº 18.284, Diretor da Divisão de Obras, para responder cumulativamente, sem prejuízo de suas funções no período de 15/06 a 14/07/77, pela Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras desta Administração, da Secretaria do Governo, por motivo de férias do titular.

Esta Ordem de Serviço entra em vigor nesta data.

Brazlândia - DF, 15 de junho de 1977

ANTONIO NETO DE GODOI

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

Atos do Administrador

ORDEM DE SERVIÇO Nº 025/77 - RA - V, de 16 DE JUNHO DE 1977

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 7º., do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Alterar, na forma dos quadros anexos, os valores destacados pelas Ordens de Serviço nºs 012/77 e 019/77, de 01/04/77 e 19/05/77, respectivamente.

Sobradinho, 16 de junho de 1977

FERNANDO CORASSA

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 025/77-RA-V DE 16 DE JUNHO DE 1977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Região Administrativa V - Sobradinho
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Programação e Controle - CSM/SEA

PROJETO/ATIVIDADE - Elemento	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL
1.044 - Reequipamento da Administração Regional de Sobradinho.			
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações	14.095,00	3.131,00	
4.1.4.0 - Material Permanente	53.905,00	69.269,00	72.400,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 025/77-RA-V DE 16 DE JUNHO DE 1 977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Região Administrativa V - Sobradinho
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Seção Financeira - DAG/RA-V

PROJETO / ATIVIDADE - Elemento	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL
1.044 - Reequipamento da Administração Regional de Sobradinho			
4.2.3.0 - Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento	30.000,00	25.600,00	25.600,00

QUADRO A QUE SE REFERE A ORDEM DE SERVIÇO Nº 025/77-RA-V, DE 16 DE JUNHO DE 1 977

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Região Administrativa V - Sobradinho
ÓRGÃO MOVIMENTADOR DO CRÉDITO: Divisão de Cadastro Financeiro - CSP / SEA

PROJETO / ATIVIDADE - Grupo de Despesa	SITUAÇÃO ANTERIOR	SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL
2.021 - Manutenção das Atividades da Administração Regional de Sobradinho			
- Pessoal e Encargos Sociais	2.480.000,00	2.530.000,00	2.530.000,00

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 14/77 - SEF, DE 17 DE JUNHO DE 1977

Altera o Calendário de Recolhimento do Imposto Sobre Serviços, referente ao exercício de 1977.

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe o Decreto nº 3.666/77, de 26 de abril de 1977,

RESOLVE:

Art. 1º - O Calendário de Recolhimento do Imposto Sobre Serviços, referente ao exercício de 1977, lançado nos termos do artigo 23, parágrafo 5º., do Regulamento do ISS, aprovado pelo Decreto nº 3522/76, obedecerá ao seguinte calendário:

DATA DO LANÇAMENTO	DATA DE PAGAMENTO DAS PARCELAS 1a.	2a.	3a.	4a.
Até 20.06.77	20.07.77	20.08.77	20.09.77	20.12.77
Até 20.07.77	20.08.77	20.09.77	20.10.77	20.12.77
Até 20.08.77	20.09.77	20.10.77	20.11.77	20.12.77
Até 20.09.77	20.10.77	20.11.77	20.12.77	-
Até 20.10.77	20.11.77	20.12.77	-	-
Até 20.11.77	20.12.77	-	-	-

Parágrafo único - Os lançamentos efetuados a partir de 20 de dezembro de 1977 terão seu vencimento 30 (trinta) dias após a notificação mediante aviso pessoal ou por Edital.

Art. 2º - A presente Portaria integra o Livro IV das Normas de Organização Administrativa do Distrito Federal, nos termos do artigo 5º do Decreto nº 1.891, de 21 de dezembro de 1971.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 17 DE JUNHO DE 1977

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 34 DE 16 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto das Normas de Execução Orçamentárias e Financeira aprovadas pelo Decreto nº 3.537, de 30/12/76, e o Decreto nº 3.733, de 14/06/77.

RESOLVE:

1. Ficam alterados os quadros nºs XXII e X das Portarias nºs 21 e 33, de 18/04/77 e 02/06/77, respectivamente.

2. Ficam inalterados os demais quadros constantes das referidas Portarias.

Distrito Federal, 16 de junho de 1977
WLADIMIR MURTINHO
Secretário de Educação e Cultura

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 34 , DE 16 DE Junho DE 1 977.

QUADRO X

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: SEÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - DAG-SEC

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
SEC - Programa Especial do Ensino Fundamental	13.507.000,00	13.507.000,00	13.507.000,00
Outras despesas correntes	-	1.000.000,00	1.000.000,00
Capital	13.507.000,00	12.507.000,00	12.507.000,00

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 34 , DE 16 DE Junho DE 1 977.

QUADRO XXII

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal
ÓRGÃO MOVIMENTADOR: DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DA COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL DA SEA

ATIVIDADE E/OU PROJETO - ELEMENTOS	ANTERIOR	ATUAL	TOTAL
SEC - 2.036 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal			
Pessoal e Encargos Sociais	8.100.000,00	8.300.000,00	8.300.00,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA- SVO, 15 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII, do artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao disposto no Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar o servidor BENJAMIM PEREIRA DE ARAUJO, matrícula nº 16.184, Agente Administrativo, Classe "C", Código SA. 401.4, para substituir a Chefe da Seção de Comunicação Administrativa, símbolo FC- 06, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Viação e Obras, durante as férias regulamentares da titular no período de 04/07 a 02/08/77.

Distrito Federal, em 15 de junho de 1977
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

PORTARIA- SVO, 17 DE JUNHO DE 1977

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso XII, do artigo 61, do Regimento aprovado através do Decreto nº 3286, de 16 de junho de 1976 e face ao disposto no Decreto nº 2951, de 22 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar o servidor AGENOR RODRIGUES DA CAMARA, matrícula nº 16.614, Agente de Portaria Classe "A", Código TP-602.1, para substituir o Chefe da Seção de Transportes, Símbolo FC—06, da Divisão de Administração Geral, da Secretaria de Viação e Obras, durante as férias regulamentares do titular no período de 01 a 30.7.77.

Distrito Federal, em 17 de junho de 1977
JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Secretário de Viação e Obras

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇAO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REALIZADA EM CARATER EXTRAORDINARIO, SOB A PRESISIDENCIA DO SENHOR SECRETARIO DE VIAÇAO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, ENGENHEIRO JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES.

Ao primeiro dia do mês de junho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, realizou - se extraordinàriamente, a 1.126a. reunião do Conselho de Administração, sob a Presidência do Senhor Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Engenheiro JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES, com a presença dos Senhores Conselheiros MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Comapnhia e Membro Nato do Conselho, JOSÉ DE LOURDES BRANDAO, INACIO DE LIMA FERREIRA, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, ORLANDO MIRANDA DE ARAGAO e RENOR SANT'ANNA. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DELIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Aberta a sessão, o Senhor Presidente procedeu a distribuição dos processos constantes da pauta aos Senhores Conselheiros para relato, determinando, a seguir, a leitura da Ata da reunião anterior, que lida foi aprovada pelos presentes. Dando início ao exame dos assuntos, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro JOSÉ DE LOURDES BRANDAO, que relatou este processo: 01) - Nº. 644.365/77, referente ao aditamento ao Contrato nº. 697/76, firmado com a IRFASA S/A - Construções, Indústria e Comércio, para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, de serviços de pavimentação em blocos de concreto intertravados e (ou) articulados nas Quadras QI. 04, 06, 08, 10 e 12 - Guará I - SRIA, DF. A decisão proferida foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, considerando o que consta no processo, RESOLVE: 1) - dispensar a licitação, nos termos das letra "e" e "h" artigo 3º. da Resolução nº. 084/76 - CA; 2) - aditar o Contrato nº. 697/76 firmado com a IRFASA S/A - Construções, Indústria e Comércio, elevando o valor do Contrato original em Cr$ 1.410.000,00 (hum milhão, quatrocentos e dez mil cruzeiros), correspondente a 30% (trinta por cento) do mesmo; 3) - prorrogar o prazo por 60 (sessenta) dias a partir de 07 - 06 - 77, para conclusão dos serviços." Em seguida, o Senhor Presidente passou a palavra ao Conselheiro INACIO DE LIMA FERREIRA, que relatou o processo nº. 644.993/77, concernente a minuta de RESOLUÇAO referente a alteração na estrutura organizacional da Companhia, cuja decisão foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator, aprova a minuta de RESOLUÇAO nos exatos termos em que está sendo apresentada." Dando continuidade a reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, que relatou os seguintes processos: 03) - Nº. 644.202/77, referente à TOMADA DE PREÇOS nº. 002/77 - CELO/DPF, para fornecimento e colocação de poltronas para o Auditório do Edifício Sede do DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL em Brasília, DF. A decisão foi prolatada nos seguintes termos: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº. 002/77 - CELO/DPF - NOVACAP, e aprova os preços unitários da proposta da firma MAILINE MOVEIS S/A - INDUSTRIA E COMERCIO, itens 01 (fls. 101) e 02 - A (fls. 103), referente ao fornecimento e colocação de 521 poltronas Modelo Mailine, acabamento Courven - Protótipo I e de 9 poltronas Modelo PR - 2524, acabamento Courven - Protótipo I respectivamente, no valor global de Cr$ 1.308.481,00 (hum milhão, trezentos e oito mil, quatrocentos e oitenta e hum cruzeiros) com o prazo de execução de 45 (quarenta e cinco) dias após o recebimento da Ordem de Serviço." 04) - Nº. 02.661/65 DER - 14.834/76 - GDF, relativo à CONCORRENCIA nº. 06/76 para elaboração de projetos complementares de engenharia para o PARQUE DE RECREAÇAO ROGERIO PITHON SEREJO FARIAS. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com a decisão da Diretoria, toma conhecimento da Concorrência nº. 06/77 realizada pelo D.E.R. e da contratação dos serviços objeto da referida Concorrência, com a firma HIDROESB - Laboratório Saturnino de Brito S/A, no valor de Cr$ 4.810.331,97 (quatro milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e noventa e sete centavos), conforme minuta de Contrato constante do processo aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal." Prosseguindo, o Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro ORLANDO MIRANDA DE ARAGAO que relatou os processos a seguir relacionados: 05) - Nº. 641.641/77, referente à Tomada de Preços nº. 056/77 - CPL, ralizada em 16 de maio de 1977, para fornecimento e plantio, sob o regime de empreitada por preço unitário, de grama batatais em placas ligadas, em áreas do Plano Piloto e Adjacências, em Brasília, DF. A decisão foi esta: "O Conselho, com o voto do Relator de acordo com a decisão da Diretoria, homologa a Tomada de Preços nº. 056/77 - CPL, e autoriza a contratação com a firma CACIL - Comércio e Indústria Ltda., que propôs executar pelo preço unitário de Cr$ 31,80/m2 (trinta e um cruzeiros e oitenta centavos) o metro quadrado, os serviços especificados. Ao contrato deverá ser atribuido o valor de Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), podendo oscilar em 10% (dez por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual. O prazo para conclusão dos serviços fica fixado em 300 (trezentos) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço. "06) - Nº. 642.104/77 anexo aos 19.253, 19.254 e 25.527/76, em que a firma CMEL - Carneiro Monteiro Engenharia S/A, recorre ao Egrégio Conselho de Administração contra decisão proferida pela Diretoria em sua 1.229a. sessão, realizada no dia 16 - 03 - 77. A decisão, após o atendimento da diligência, foi a seguinte: "O Conselho, com o voto do Relator e de acordo com o parecer do Senhor Consultor Jurídico, nega provimento ao recurso, para o efeito de ser mantida a decisão recorrida." O processo nº. 638.296/77, foi convertido em diligência pelo Relator, Conselheiro RENOR SANT'ANNA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, Noemia Fernandes Celles, Secretária, lavrei a presente Ata, que vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Conselheiros presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES: Presidente, MAURO DE ALENCAR FECURY, FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO, ORLANDO MIRANDA DE ARAGAO, DARIO DÉLIO CARDOSO: Consultor Jurídico, JOSÉ DE LOURDES BRANDAO, INACIO DE LIMA FERREIRA, RENOR SANT'ANNA, NOEMIA FERNANDES CELLES: Secretária.

DIRETORIA

ATA DA MILÉSIMA DUCENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIAO DA DIRETORIA DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, REALIZADA EM CARATER EXTRAORDINARIO.

Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e sete, na sala de reuniões, na sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, realizou - se extraordinariamente, a 1.252a. reunião da DIRETORIA DA NOVACAP, sob a Presidência do Engenheiro MAURO DE ALENCAR FECURY, Diretor Superintendente da Companhia, com a presença dos Senhores Diretores ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ, EMMANUEL PEDROSA FILHO, PAULO JANOT BORGES e JOAO MANCINI. Estiveram também presentes à reunião, o Senhor Consultor Jurídico, Doutor DARIO DÉLIO CARDOSO e a Secretária que esta subscreve. Na presente reunião foram relatados os seguintes processos: 01) - Nº. 644.844/77 - Termo de aditamento ao convênio firmado em 3 de dezembro de 1975, entre o INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP de obras de engenharia - Civil e de urbanização no PARQUE NACIONAL DE BRASILIA. DECISAO: " A diretoria, com o voto do Relator, encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação de termo de aditamento ao convênio firmado em 3 de dezembro de 1975, entre o INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, de obras de engenharia - civil e de urbanização no PARQUE NACIONAL DE BRASILIA, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), na forma da minuta de fls. 10 e 11." Relator: Diretor Superintendente MAURO DE ALENCAR FECURY. 02) - Nº. 644.864/77 - Termo de Aditamento ao convênio firmado em 19 de dezembro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção do edifício - sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, nesta Capital. DECISAO:" A Diretoria, com o voto do Relator encaminha a matéria à decisão do Egrégio Conselho de Administração, opinando pela efetivação do termo de aditamento ao convênio firmado em 19.12.76, entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, regulando a administração pela NOVACAP, das obras de construção

do edifício - sede da Procuradoria Geral do Distrito Federal, visando suplementar o seu valor em mais Cr$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros) e prorrogar o prazo de sua execução até 30 de abril de 1978, na forma da minuta de fls. 2 e 3." Relator: Diretor Superintendente MARUO DE ALENCAR FECURY. 03) - Nº. 642.208/77 - Divisão do Patrimônio, solicita aquisição de 5.000 porcas 3/8 rosca grossa e outros. DECISÃO: " A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o convite nº. 195/77 e autoriza a aquisição dos materiais discriminados na RM de fls. 02 com as firmas SERMAQ -SERRAS E MAQUINAS LTDA e CASA DOS PARAFUSOS LTDA., pelo valor global de Cr$ 4.670,00 (quatro mil, seiscentos e setenta cruzeiros) devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pelas referidas firmas às fls. 13 e 14 do presente processo." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 04) - Nº. 639.900/77 - APC - UNIDADE DE CONVENIOS E CONTRATOS - solicita aquisição de 01 (um) ventilador de pé - tipo comercial. DECISÃO:" A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o convite nº. 201/77 e autoriza a aquisição do material discriminado na RM. de fls. 02 com a firma MOVIMAQ - MOVEIS E MAQUINAS LTDA., pelo valor global de Cr$ 1.890,00 (hum mil, oitocentos e noventa cruzeiros), devendo a entrega e as condições obedecerem ao proposto pela referida firma às fls. 12, 13 e 14 do presente processo. "Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 05) - Nº. 641.876/77 - Comissão Executiva para Obras por Administração/CEAC. - Solicita aquisição de 100 fitas de polietileno p/máquina IBM de esfera, tipo "SELETRIC 71". DECISÃO:" A Diretoria, com o voto do Relator, tendo em vista o que consta do presente processo, RESOLVE: a) - dispensar a licitação nos termos do artigo 3º., letra "E" , da Resolução nº. 084/76 - CA; b) - autorizar a aquisição dos materiais relacionados às fls. 02, com a firma IBM DO BRASIL - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda, pelo valor global de Cr$ 1.986,00 (hum mil, novecentos e oitenta e seis cruzeiros) devendo os materiais serem estocados na Divisão do Patrimônio para atendimento aos Orgãos da Companhia." Relator: Diretor ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ. 06) - Nº. 644.530/77 - DIRETORIA DE EDIFICAÇOES - Convite nº. 006/77 - CELO/DPF - para fornecimento e colocação de esquadrias metálicas para a obra da Academia de Polícia em Brasília - DF. DECISÃO:" A Diretoria, com o voto do Relator, de acordo com o artigo 41 da Resolução nº. 084/76 - CA, aprova a proposta da firma METALURGICA RIBEIRO LTDA e homologa o convite nº. 006/77 - CELO/DPF, para fornecimento e colocação de esquadrias metálicas na obra da Academia Nacional de Polícia em Brasília - DF, pelo valor global de Cr$ 425.980,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil e novecentos e oitenta cruzeiros) prazo de 90 dias. Emita - se Nota de Empenho." Relator: Diretor EMMANUEL PEDROSA FILHO. 07) - Nº. 644.529/77 - DIRETORIA DE EDIFICAÇOES - Convite nº. 007/77 - CELO/DPF, para fornecimento e colocação de vidros de 10mm. para a obra da Academia Nacional de Polícia. DECISÃO:"A Diretoria, com o voto do Relator, de acordo com o artigo 41 da Resolução nº. 084/76 - CA, homologo o conviite nº. 007/77 - CELO/DPF, e adjudica o fornecimento e colocação de vidros de 10mm no valor de Cr$ 429.807, 50 (quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e sete cruzeiros e cinquenta centavos), com prazo de 90 (noventa) dias, à firma VIDRAÇARIA W - 3 LTDA. Emita - se Nota de Empenho." Relator: Diretor EMMANUEL PEDOSA FILHO; 08) - Nº. 636.848/77 - Orçamento apresentado pela TELEBRASILIA - Telecomunicação de Brasília S/A, para execução de serviços de remanejamento de cabo e canalização secundária na SQS - 116, em Brasília - DF. DECISÃO:" A Diretoria, com o voto do Relator, e considerando as normas vigentes na Companhia, RECONHECE a dívida para com a TELEBRASILIA no valor de Cr$ 44.078,17 (quarenta e quatro mil, setenta e oito cruzeiros e dezessete centavos) e pela autorização de pagamento na forma da letra"g" do artigo 3º. da Resolução nº. 084/76 - CA, por se tratar de Empresa Concessionária Pública." Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 09) - Nº. 642.715/77 - Conviite nº 190/77 -CPLM, realizado em 24 de maio de 1977, para aquisição de 01 (um) vidro com as seguintes medidas: 2,85 x 1,57m e espessura de 0,6 mm, destinado a Divisão de Apoio/DPJ. DECISÃO:"A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o convite nº. 190/77 - CPLM, autorizando - se a aquisição de 01 (um) vidro com: 2,85m de altura, 1,57m de largura e 0,6mm de espessura, no valor global de Cr$ 3.420,00 (três mil, quatrocentos e vinte cruzeiros), à firma VIDROESTE LTDA que, dentre as 02 (duas) participantes, propôs o menor preço. A entrega e colocação do vidro deverá ser feita imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada." Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES; 10)-Nº 644.33/77-Convite nº 197/77 -CPLM, realizado em 30 de-maio de 1977, para aquisição de papel heliográfico, destinado à Divisão de Estudos e Projetos/DeE/DU. DECISÃO:" A Diretoria, com o voto do Relator, homologa o Convite nº. 197/77 - CPLM, autorizando a aquisição de papel heliográfico no valor de Cr$ 8.345,00 (oito mil, trezentos e quarenta e cinco cruzeiros) à firma MEIRA - Materiais de Engenharia e Instrumentos, Reproduções e Ampliações S/A. A entrega do material deverá ser feita imediatamente após o recebimento da Nota de Empenho pela firma interessada." Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 11) - Nº. 722.371/77 - Pagamento de fatura referente a serviços executados pela CEB - COMPANHIA DE LETRICIDADE DE BRASILIA, na área de construção do viaduto de ligação da via L - 2, Sul. DECISÃO: 2 A Diretoria, com o voto do Relator, e considerando as normas vigentes na Companhia, RECONHECE a dívida para com a CEB - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA, no valor de Cr$ 15.588,91 (quinze mil, quinhentos e oitenta e oito cruzeiros e noventa e um centavos), na forma da letra "g" do artigo 3º. da Resolução nº. 084/76 - CA, por se tratar de Empresa Concessionária de Serviço Público." Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 12) - Nº. 635.655/77 - Tomada de Preços nº. 007/77 - CPL, realizada em 04 de março de 1977, para execução, sob o regime de empreitada por preços unitários, de pavimentação em blocos de concreto intertravados e/ou articulados e meios -fios na Quadra QI - 2 - Guará I - SRIA - Em Brasília - DF - DECISÃO:"A diretoria, com o voto do Relator, e considerando: 1) - que à licitação não compareceu nenhum interessado; 2) - que a proposta da firma URBRAS - Urbanização e Premoldados Ltda, atende as exigências do Edital: opina pela dispensa de licitação nos termos da letra "d" do artigo 3º. da Resolução nº. 084/76 - CA, e contratação da firma URBRAS - Urbanização e Premoldados Ltda,, que propôs o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre os preços unitários, constantes da Tabela do DeU de 13.10.76, para execução de serviços de pavimentação em blocos de concreto e meios - fios na QI - 02 - Guará I - SRIA - DF. Ao Contrato deverá ser atribuido o valor de Cr$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzeiros), mantidas as condições estabelecidas no Edital nº. 007/77 - CPL. Ouça - se o Egrégio Conselho de Administração:" Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. 13) - Nº. 641.639/77 - Tomada de Preços nº. 053/77, realizada em 09 de maio de 1977, para fornecimento e plantio, sob o regime de empreitada por preço unitário de grama batatais em mudas em áreas do Plano Piloto e Adjacências, em Brasília - DF. DECISÃO:"A Diretoria , com o voto do Relator, opina pela homologação da tomada de Preços nº. 053/77 -CPL, com a contratação da firma SANTA HELENA - Urbanização e Obras Ltda que, como único licitante, propôs executar pelo preço unitário de Cr$ 23,20/m2 (vinte e três cruzeiros e vinte centavos) o metro quadrado, os serviços especificados. Ao contrato deverá ser atribuído o valor de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) podendo oscilar em 10% (dez por cento) para mais ou para menos, sem necessidade de aditivo contratual. O prazo para conclusão dos serviços, fica fixado em 300 (trezentos) dias, contado a partir da data da expedição da Ordem de Serviço. Ouça - se o Egrégio Conselho de Administração." Relator: Diretor PAULO JANOT BORGES. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar, eu, NOEMIA FERNANDES CELLES, Secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada vai por mim subscrita e assinada pelos Senhores Diretores presentes e pelo Senhor Consultor Jurídico.

MAURO DE ALENCAR FECURY: Diretor Superintendente, ROBERTO DE OLIVEIRA CRUZ: Diretor Administrativo, JOÃO MANCINI: Diretor Financeiro, PAULO JANOT BORGES: Diretor de Urbanização, EMMANUEL PEDROSA FILHO: Diretor de Edificações, DARIO DÉLIO CARDOSO: Consultor Jurídico, NOEMIA FERNANDES CELLES: Secretária.

COMPANHIA IMOBILIARIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

ATA DA 21a. (VIGÉSIMA PRIMEIRA) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1 977. .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

INSCRIÇÃO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES/DF 00.359.877/0001

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, às 16,00 horas, na Sede da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, sita à Quadra 06 - Bloco "L" - Setor de Autarquias Sul - Edifício ASCB, em Brasília - DISTRITO FEDERAL, reuniram-se os Acionistas da Empresa em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, conforme deliberação tomada na 20a.(VIGÉSIMA) ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMPRESA, realizada no dia 12.06.77. Após verificadas as assinaturas dos Acionistas com direito a voto, no Livro de Presença de Acionistas, às fls. 15 vº, e constatada a presença da totalidade de Acionistas, ou seja, DISTRITO FEDERAL, representado por seu Procurador Geral, Doutor EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, e a UNIÃO FEDERAL, representada pelo Procurador da Fazenda Nacional, Doutor LINDEMBERG DA MOTA SILVEIRA, conforme Portaria nº 88 de 15 de junho de 1 977, do Exmo. Senhor Procurador da Fazenda Nacional, os trabalhos foram abertos pelo Diretor Superintendente da Companhia, Doutor ARMANDO COLAVOLPE, e, em seguida, por decisão unânime dos Senhores Acionistas presentes, assumiu a Presidência o Doutor EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, representante do Acionista DISTRITO FEDERAL, que convidou a mim, RONALDO MÁRCIO DO VALLE, Secretário dos Órgãos Colegiados, para servir como Secretário, lendo em seguida a ORDEM DO DIA constante de: I) - REFORMA DO ESTATUTO; II) - DOAÇÕES AO DISTRITO FEDERAL; III) - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA EMPRESA. Dando início aos trabalhos, passou-se ao exame do item I da ORDEM DO DIA — REFORMA DO ESTATUTO. Colocada a matéria em votação, foi a mesma aprovada à unânimidade, passando a vigorar com a seguinte redação: "ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP. CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETO. Art. 1º - A Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, constituida na forma da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, é uma empresa pública sob a forma de Sociedade por Ações, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, regida pelo presente Estatuto, pela supracitada Lei e, subsidiariamente pela legislação das Sociedades Anônimas. Art. 2º - o prazo de duração da TERRACAP é indeterminado. Art. 3º - A TERRACAP terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Art. 4º - A TERRACAP tem por objeto a execução, mediante remuneração, das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, compreendendo a utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens. Parágrafo Único - A TERRACAP sucede à NOVACAP, assumindo-lhe os direitos e obrigações na execução das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal. Art. 5º - Para a consecução de seus objetivos poderá a Companhia promover as desapropriações autorizadas e incorporar os bens desapropriados ou destinados pela União, Distrito Federal ou Estado de Goiás, na área prevista no art. 1º, da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956. CAPÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES - Art. 6º - O Capital Social da TERRACAP é de Cr$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) dividido em 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor de Cr$ 1,00 (um cruzeiro). Art. 7º - O Distrito Federal e a União são responsáveis pela integralização, respectivamente, de 51% (cinquenta e um por cento) e 49% (quarenta e nove por cento) do Capital Social inicial. Art. 8º - O Capital Social da TERRACAP poderá ser aumentado, com a participação de outras pessoas jurídicas do Poder Público em Geral, da Administração Direta ou Indireta, mantidos 51% (cinquenta e um por cento), no mínimo, na propriedade do Distrito Federal, e sendo permitida a alienação de ações da Companhia somente entre as entidades susceptíveis de admissão na forma deste artigo. Art. 9º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO - Art. 10 - São órgãos da Administração da TERRACAP: I - Assembléia Geral - II - Conselho de Administração - III - Diretoria. CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 11 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até o dia 30 de abril a fim de tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, a distribuição de gratificações a empregados e diretores e de dividendos aos acionistas, bem como exercer as demais atribuições que lhe são conferidas na forma da lei e deste Estatuto. Art. 12 - A Assembléia Geral poderá reunir-se, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem, mediante convocação. I - do Conselho de Administração; II - da Diretoria; III - do Conselho Fiscal, nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 163, IV. Art. 13 - A Assembléia Geral compete, privativamente, além de outras atribuições conferidas por este Estatuto ou por Lei: I - reformar o Estatuto Social; II - deliberar sobre o laudo de avaliação dos bens com que o acionista concorre para a formação do Capital Social ; III - aprovar a participação das entidades mencionadas no art. 8º, no Capital da Companhia; IV - autorizar a doação de bens imóveis pertencentes à Companhia, nos termos da lei, bem como a sua venda por preço especial; V - deliberar sobre o cálculo do lucro líquido que servirá de base para as gratificações da Diretoria e empregados, de conformidade com o que dispuser as normas específicas sobre a matéria; VI - deliberar, sobre a destinação do saldo dos lucros apurados que ficaram à sua disposição, de conformidade com as normas específicas; VII - conceder licenças e justificativas de faltas ao Diretor Superintendente e aos demais Diretores por período superior a 30 (trinta) dias. CAPÍTULO V - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Art. 14 - O Conselho de Administração, órgão normativo superior de orientação e controle da administração da TERRACAP, será constituído por 07 (sete) membros efetivos e 07 (sete) suplentes, pessoas naturais, residentes no País, dotados de experiência em Administração, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, não podendo ser parentes entre si ou dos membros da Diretoria, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau. § 1º - A Assembléia Geral designará, dentre os membros efetivos eleitos, o Presidente do Conselho e seu substituto. § 2º - Os membros do Conselho de Administração investir-se-ão no cargo por termo lavrado no livro de reuniões do Conselho de Administração. § 3º - A substituição de membros do Conselho de Administração será realizada mediante convocação de suplentes na ordem em que tenham sido eleitos. § 4º - A ausência injustificada, de qualquer dos membros eleitos, a 4 (quatro) reuniões consecutivas ou 8 (oito) alternadas, no mesmo exercício, implicará na extinção automática do seu mandato. Art. 15 - O Conselho de Administração reunir-se-á na Sede da TERRACAP, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por mês e, extraordinariamente, quando convocados pelo seu Presidente, lavrando - se ata. Art. 16 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembléia Geral sob a forma de gratificação por comparecimento e participações nas reuniões, fixando-se o número de reuniões remuneradas no máximo de 8 (oito) por mês. Art. 17 - Para funcionamento do Conselho de Administração é exigido o "quorum" mínimo de 4 (quatro) membros, além de seu Presidente, e suas decisões e resoluções serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate. Parágrafo Único - Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. Art. 18 - Além de outras atribuições previstas neste Estatuto ou na Lei, compete, privativamente, ao Conselho de Administração: I - orientar e controlar, através de diretrizes e normas, as atividades da TERRACAP e promover os meios necessários à realização de seus objetivos; II - eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o Estatuto; III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; IV - aprovar o seu regimento e suas alterações; V - aprovar o Regimento da Companhia e suas alterações, inclusive normas operativas para o exercício das atividades sociais previstas no artigo 4º do presente Estatuto; VI - aprovar e alterar as propostas anuais de orçamento-programa, de programação financeira, de orçamento plurianual, elaborados pela Diretoria; VII - aprovar e alterar o sistema de classificação de empregos e os quadros de pessoal da Companhia, fixando os respectivos salários e gratificações mediante proposta da Diretoria; VIII - apreciar contas, relatórios e balanços da Companhia; IX - expedir normas sobre licitação, bem como para sua dispensa; X - aprovar a participação da TERRACAP nas iniciativas de que trata o artigo

5º deste Estatuto ; XI - recomendar ou determinar a realização de auditorias; XII - requisitar à Diretoria documentos e informações necessárias ao exercício de sua competência; XIII - decidir, por proposta da Diretoria, quanto à abertura de agências ou escritórios; XIV - decidir sobre os recursos interpostos contra atos da Diretoria; XV - autorizar a Companhia a contrair empréstimos ou aceitar doações, inclusive com encargos; XVI - conceder licenças, justificativas de faltas ao Diretor- Superintendente e aos demais Diretores até 30 (trinta) dias e designar - lhes substitutos nas hipotêses dos artigos 31, II e 32, deste Estatuto; XVII - resolver os casos omissos neste Estatuto e as questões que forem apresentadas pela Diretoria; Art. 19 - São obrigatórias para a Companhia as decisões do Conselho de Administração, salvo quando delas for interposto recurso, recebido com efeito suspensivo, à Assembléia Geral, pelo Presidente do Conselho. Parágrafo Único - O recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da data da decisão ou da ciência do interessado. Art. 20 - Os Diretores poderão participar de reuniões do Conselho de Administração sem direito a voto: I - a pedido, deferido pelo Conselho; II - obrigatoriamente, quando convocados . CAPÍTULO VI - DA DIRETORIA - Art. 21 - A Diretoria é órgão executivo de Administração Superior da TERRACAP e compõe-se de 4 (quatro) Diretores: Diretor Superintendente, Diretor Técnico , Diretor Comercial e Diretor Administrativo e Financeiro. § 1º - Os Diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração dentre pessoas dotadas de experiência em Administração, com mandatos de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, não podendo ser parentes entre si ou dos membros do Conselho, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, observado, também, o disposto no artigo 147 e §§ da Lei 6.404/76. § 2º - Os Diretores, antes de entrar no exercício do cargo, apresentarão declaração de bens que será registrada no livro próprio. § 3º - É obrigatória a coincidência do término dos mandatos dos Diretores eleitos , contando-se em qualquer caso, para esse fim, a data da investidura mais antiga para a mesma gestão. § 4º - Os Diretores investir-se-ão nos respectivos cargos mediante assinatura de termo lavrado no livro de atas de reuniões da Diretoria. Art. 22 - A Diretoria, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e , extraordinariamente, quando necessário, lavrando-se ata das reuniões. Art. 23 - Das deliberações da Diretoria que serão tomadas por maioria de votos, caberá recurso ao Conselho de Administração interponível no prazo de 20 (vinte) dias, contados da decisão impugnada ou de sua ciência pelo interessado. § 1º - O Diretor-Superintendente ou Presidente do Conselho de Administração poderão conceder ao recurso, efeito suspensivo. § 2º - Nas reuniões da Diretoria o Diretor Superintendente, além do voto comum, terá o de desempate. Art. 24 - A remuneração dos membros da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral. Art. 25 - A Diretoria coletivamente, compete, além de outras atribuições permitidas neste Estatuto: I - executar as resoluções da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando for o caso, mediante a expedição de normas ou instruções gerais ou específicas; II - submeter ao Conselho de Administração, as diretrizes gerais da Administração da Companhia; III - encaminhar, ao Conselho de Administração, os atos ou projetos de normas que dependam da autorização daquele Conselho; IV - fornecer ao Conselho de Administração as informações necessárias ao acompanhamento das atividades da Companhia; V - enviar ao Conselho de Administração, dentro de 60 (sessenta) dias a contar do encerramento do exercício, as contas, relatórios e balanços para os fins determinados no item VI do art. 18; VI - definir as competências das unidades organizacionais e as atribuições das Chefias, VII - autorizar, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, contratos de obras ou os que envolvam obrigações para a Companhia; VIII - autorizar aquisições de equipamento e material na forma regulamentar; IX - elaborar e submeter ao Conselho de Administração os sistemas de classificação de empregos, os quadros de pessoal da Companhia e as tabelas de salários e gratificações; X - elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração as propostas anuais de orçamento-programa, de programação financeira e de orçamento plurianual; XI - submeter ao Conselho de Administração o Regimento da Companhia, bem como as normas operativas necessárias ao exercício das atividades sociais; XII - indicar representantes da Companhia nos órgãos de administração e fiscalização de entidades de que participe XIII - conceder ao Diretor-Superintendente e demais Diretores , justificativas de faltas e licenças até 15 (quinze) dias; XIV - expedir, com antecedência legal, notificação direta aos órgãos competentes da União sobre os assuntos de competência privativa dos acionistas, instruindo-a com os elementos necessários. CAPÍTULO VII - DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SUPERIOR - Art. 26 - São Órgãos de Direção Superior da TERRACAP: I - Superintendência ; II - Diretoria Administrativa e Financeira; III - Diretoria Técnica; IV - Diretoria Comercial. Seção I - DA SUPERINTENDÊNCIA - Art. 27 - A Superintendência, unidade orgânica de direção Superior, é exercida pelo Diretor-Superintendente, que tem as seguintes atribuições: I - representar a TERRACAP em juízo ou fora dele, diretamente ou por mandatário ou preposto com poderes especificados; II - orientar, coordenar, supervisionar e gerir as atividades da TERRACAP; III - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as decisões da Assembléia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal; IV - movimentar os recursos financeiros da Companhia, assinando os respectivos documentos e contas, juntamente com outro Diretor; V - firmar em conjunto com um ou mais Diretores. os documentos que criem responsabilidades para a TERRACAP e os que exonerem terceiros para com ela; VI - abrir a Assembléia Geral de Acionistas; VII - convocar e presidir as reuniões da Diretoria ; VIII - prover os empregos em comissão; IX - admitir, designar, remover, punir, licenciar, justificar faltas, promover e demitir empregados da Companhia; X - exercer outras atribuições previstas neste Estatuto ou que lhe forem determinadas ou delegadas pela Assembléia Geral, Conselho de Administração ou Diretoria. Seção II - DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - Art. 28 - A Diretoria Administrativa e Financeira, unidade orgânica de direção superior, é exercida pelo Diretor Administrativo e Financeiro, que tem as seguintes atribuições: I -elaborar e propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades administrativas e financeiras da Companhia; II - promover a elaboração e acompanhar a execução do orçamento-programa, da programação financeira e do orçamento plurianual; III - orientar e acompanhar a gestão das atividades econômicas e financeiras da Companhia; IV - exercer o controle da receita e da despesa da Companhia, bem como o dos suprimentos de numerário, depósitos, cauções, fianças, e de outras operações financeiras; V - promover análise e elaborar planos visando manter perfeita e atualizada a estrutura administrativa e a organização da Companhia, adequando-as aos seus objetivos e finalidades; VI - assinar, com o Diretor-Superintendente, todos os cheques e autorizações de pagamento e endossar aqueles destinados a depósitos em estabelecimentos da rede bancária. Seção III - DA DIRETORIA TÉCNICA - Art. 29 - A Diretoria Técnica, unidade orgânica de direção superior é exercida pelo Diretor Técnico, que tem as seguintes atribuições: I - elaborar e propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades que lhe são afetas; II - elaborar e propor estudos e projetos de criação de novos loteamentos e remanejamento dos já existentes; III - elaborar projetos de engenharia e arquitetura de interesse da Companhia ; IV - emitir parecer técnico sobre assuntos relacionados com o patrimônio imobiliário da Companhia; V - registrar e arquivar os documentos relativos à propriedade de imóveis da Companhia e providenciar a legalização de plantas e loteamentos existentes no Distrito Federal; VI - fiscalizar, vistoriar e efetuar perícias técnicas em obras de interesse da Companhia e imóveis de sua propriedade; VII - instruir processos de desapropriação de imóveis; VIII - cumprir ou fazer cumprir normas relativas aos imóveis da Companhia, exceto as pertinentes à sua comercialização. Seção IV - DA DIRETORIA COMERCIAL - Art. 30 - A Diretoria Comercial, unidade orgânica de direção superior, é exercida pelo Diretor Comercial, que tem as seguintes atribuições: I - elaborar e propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades que lhe são afetas; II - encaminhar à Diretoria Colegiada, com relatório fundamentado, propostas sobre operações comerciais relativas a imóveis de interesse da Companhia; III- promover pesquisas de mercado visando perfeita atualização da oferta e da procura de imóveis no Distrito Federal, tendo em vista a realização de operações comerciais; IV - elaborar laudos de avaliação de imóveis; V - submeter à Diretoria Colegiada propostas de locação e arrendamento de imóveis de propriedade da Companhia; VI - encaminhar à Diretoria Colegiada com relatório fundamentado, propostas que visem a transferência dos imóveis destinados à União e ao Distrito Federal; VII - submeter à Diretoria, para homologação, o resultado das licitações para venda ou compra de imóveis; VIII - adotar providências para alienação de imóveis autorizada pela Diretoria Colegiada. CAPÍTULO VIII - DAS SUBSTITUIÇÕES DOS DIRETORES - Art. 31 - O Diretor-Superintendente e os Diretores serão substituídos em suas faltas ou impedimentos: I - até 15 (quinze) dias, pelo Diretor designado pelo Diretor-Superintendente; II - por prazo maior, até 30 (trinta) dias por designação do Conselho de Administração; III - por mais de 30 (trinta) dias, competirá à Assembléia Geral a designação. Art. 32 - Vago o cargo de Diretor-Superintendente ou de qualquer outro Diretor, o Conselho de Administração designará um dos membros da Diretoria para assumir cumulativamente o cargo, convocando-se imediatamente a Assembléia Geral para a eleição do substituto, que completará o mandato do substituído. Parágrafo Único - Considerar-se-á vago o cargo de Diretor-Superintendente ou de outro Diretor, quando, sem causa justificada ou consentida, deixar de exercer suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias interpolados, no mesmo exercício, ou deixar de comparecer perante o Conselho de Administração quando convocado. CAPÍTULO IX - DO CONSELHO FISCAL - Art.33- A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros efetivos e de suplentes em igual número, eleitos pela Assembléia Geral. Parágrafo Único - Os Conselheiros tomarão posse mediante termo lavrado em livro próprio. Art. 34 - O Conselho Fiscal terá as atribuições previstas na Lei das Sociedades Anônimas. Parágrafo Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral na forma da Lei . Art. 35 - Em caso de vaga no Conselho Fiscal ou no impedimento de qualquer de seus membros por mais de 3 (três) meses, haverá convocação de um suplente, respeitada a ordem da eleição. Art. 36 - O Conselho Fiscal reunir-se-á: I - uma vez por semana para tomar conhecimento dos balancetes e proceder aos exames de que trata a Lei; II - anualmente, para elaborar e apresentar, até o último dia do mês de março, na forma da Lei e deste Estatuto, parecer escrito sobre os negócios e operações sociais do exercício em que serviram; III - extraordinariamente, sempre que julgar necessário ou quando convocados pelo Diretor-Superintendente ou pelo Conselho de Administração. CAPÍTULO X - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO RESULTADO ECONÔMICO - Art. 37 - O ano social coincide com o ano civil; Art. 38 - Anualmente proceder-se-á ao levantamento do balanço geral para apuração dos resultados. Art. 39 - Os lucros apurados ao final de cada exercício serão distribuídos da seguinte maneira: I - 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal até alcançar 20 % (vinte por cento) do Capital; II - 50% (cinquenta por cento) no mínimo, destinado a dividendos e/ou ao fundo de aumento do Capital; III - Até 15% (quinze por cento) da soma dos dividendos mais a quantia levada para o fundo de aumento do Capital destinados à gratificação dos empregados, calculada na forma prevista nos parágrafos 1º e 2º deste artigo; IV - Até 10% (dez por cento) da soma dos dividendos mais a quantia levada ao fundo de aumento do Capital , destinados à gratificação dos Diretores, calculada na forma prevista pelos parágrafos 1º e 3º deste artigo; V - O saldo ficará à disposição da Assembléia Geral. § 1º - As gratificações previstas nos incisos III e IV somente serão devidas quando forem distribuídos dividendos de, no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido; § 2º - A gratificação prevista no inciso III deste artigo não poderá ultrapassar, individualmente, a 2/12 (dois doze avos) do total da remuneração percebida no período base, excluídos desse total o 13º (décimo terceiro) salário, horas extras, ajuda de custo e diárias. § 3º - A gratificação prevista no inciso IV deste artigo não poderá exceder o total dos honorários, percebidos, durante o período base, abrangido pelo respectivo balanço, sendo calculada, com relação a cada um dos Diretores, considerando-se somente, a remuneração mensal do exercício do cargo, excluídas quaisquer gratificações auxiliares e vantagens, sendo proporcional ao tempo de exercício de cada Diretor. § 4º -O cálculo do lucro líquido que servirá de base à apuração das gratificações previstas nos incisos III e IV deste artigo obedecerá à regulamentação normativa baixada pela Assembléia Geral dos Acionistas. CAPÍTULO XI - DA ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - Art. 40 - Os empregados da TERRACAP ficam sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e legislaçao complementar em suas relações com a Companhia. Art. 41 - Na admissão de pessoal para a Companhia observa-se-ão as normas referentes à matéria, expedidas pelo Conselho de Administração. Parágrafo Único - Na hipótese de inexistência dessas normas, aplicar-se-ão as normas vigentes no Distrito Federal. Art. 42 - Os funcionários públicos colocados à disposição da TERRACAP, reger-se-ão pela legislação que lhes é própria, ficando, entretanto, sujeitos à jornada de trabalho estipuladas pela Diretoria. CAPITULO XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS - Art. 43 - A Companhia entrará em liquidação nos casos e na forma previstos em Lei. Art. 44 - A Companhia goza de isenção de impostos da União e do Distrito Federal na forma prevista no inciso VII, do artigo 3º, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972. Art. 45 - Os terrenos pertencentes à TERRACAP, necessários aos serviços da União ou do Distrito Federal, serão por esta doados àquelas pessoas jurídicas de Direito Público Interno (art. 3º, inciso VIII, da Lei nº 5861, de 12 de dezembro de 1972). Art. 46 - A TERRACAP poderá aceitar doações, inclusive com encargos e receber transferências de recursos públicos ou gerí-los (art. 3º, inciso XI, da Lei nº 5861, de 12 de dezembro de 1972). Art. 47 - A TERRACAP, no desempenho de seus objetivos sociais, fica sujeita à supervisão e ao controle da Secretaria de Viação e Obras e à auditoria financeira exercida pela Secretaria de Finanças do Distrito Federal. Art. 48 - Os bens na área do Distrito Federal, incorporados mediante desapropriação ao patrimônio da Companhia, são para a realização de seus objetivos sociais, alienáveis e livres de qualquer direito ou preferencia legal em favor dos desapropriados (art. 4º, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972). Art. 49 - Responsabiliza-se a TERRACAP pelo acolhimento, com 10% (dez por cento) de ágio para amortização ou quitação do preço de lotes urbanos no Distrito Federal, das obrigações ao portador, ou títulos especiais já emitidos pela NOVACAP, em decorrência de autorizaçao contida no art. 11, da Lei nº 4.874, de 19 de setembro de 1956. Art. 50- Obriga-se a TERRACAP a aplicar parte de sua receita em obras e serviços de urbanização, de infra-estrutura e obras viárias do Distrito Federal e outras do interesse do Distrito Federal, podendo para isso, celebrar convênios e contratos. Parágrafo Único - O orçamento-programa de cada exercício da Empresa fixará o recurso a ser aplicado. Art. 51 - Este Estatuto será submetido à aprovação do Governador do Distrito Federal (art. 3º, inciso II, da Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972). Prosseguindo, foi apreciada a matéria constante do item II da ORDEM DO DIA: DOAÇÕES AO DISTRITO FEDERAL: Processo nº 003.950/76 - TERRACAP - (06.056/67-GDF) - INTERESSADO: DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS - ASSUNTO: Reserva de área - VOTO: O representante do Distrito Federal, com fulcro no artigo 30, VI dos Estatutos Sociais, vota pela doação ao Distrito Federal, para integralização do capital da CAESB, de área constante da planta PR/2, do SAI/ NORTE, com 36.500 m², dando-se baixa no patrimônio da empresa do valor histórico de Cr$ 73.000,00 (setenta e três mil cruzeiros), adotando-se as medidas contábeis necessárias. O representante da acionista UNIÃO FEDERAL acompanhou o voto do acionista DISTRITO FEDERAL, sendo, em consequência, a matéria aprovada unanimemente; A seguir, passou-se ao estudo do ITEM III - da ORDEM DO DIA - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA EMPRESA. Processo nº 01.778/73- TERRACAP - (21.724/75-GDF) - INTERESSADO: CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL - ASSUNTO: Esclarecimentos sobre relação de imóveis - VOTO: O representante do acionista DISTRITO FEDERAL vota favoravelmente pela re-ratificação da decisão proferida na 17a. Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16.03.76 (fls. 158/169) alterando o valor histórico da Projeção nº 04 - da SQS 315, de Cr$ 248.805,50 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinco cruzeiros e cinquenta centavos) para Cr$ 248.802,50 (duzentos e quarenta e oito mil, oitocentos e dois cruzeiros e cinquenta centavos), tendo em vista a informação de fls. 193. O representante da acionista UNIÃO FEDERAL acompanhou o voto do acionista DISTRITO FEDERAL, sendo, em consequência, a matéria aprovada unanimemente. Processo nº: 017.631/74 - TERRACAP - (056.093/74-GDF)- INTERESSADO: CEB - ASSUNTO: Sol. lote especial para a CEB - VOTO: O representante do acionista DISTRITO FEDERAL,considerando o que consta dos autos, do relatório do Assessor do DAF - fls. 130/132, de decisão da Diretoria nº 2.328 e da decisão nº 1 995, do Conselho de Administração (fls. 135) e considerando ser a Companhia de Eletricidade de Brasília, Sociedade de Economia Mista, integrante da Administração Indireta do Distrito Federal, vota no sentido de autorizar a substituição de garantia real dos imóveis situados na Q.904-SGA/SUL, e Módulo H da Q. 601-SGA/Norte - alienados à CEB conforme consta da ata da 14a. Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 04.06.76 , para o efeito de que sejam outorgadas à CEB - as escrituras definitivas dos referidos imóveis, pela garantia em notas promissórias dos saldos devedores, calculados em UPC, vencíveis mensalmente, e cujas condições de resgate são as constantes do relatório de fls. 130/132. O representante da acionista UNIÃO FEDERAL acompanhou o voto do acionista DISTRITO FEDERAL, sendo, em consequência, a matéria aprovada unanimemente. Processo nº 686.171/77 - TERRACAP - INTERESSADO: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA - ASSUNTO: Cópias de convênios - O representante do acionista DISTRITO FEDERAL proferiu o seguinte VOTO: " Considerando a natureza da transação, a oneração de bem imóvel (terrenos) da TERRACAP (Art. 2º, Lei nº 5.861/72), para posterior alienação ao Distrito Federal, caso não se obtenha a promulgação da Lei de garantia de que noticia os autos, sou de opinião possa a autorização de garantia hipotecária dos imóveis relacionados às fls. 86/87, ser concedida condicionando-se a sua substituição por outros imóveis observado o interesse da TERRACAP". O representante da acionista UNIÃO FEDERAL acompanhou o voto do acionista DISTRITO FEDERAL, sendo, em consequência, a matéria aprovada unanimemente. Na oportunidade, o Senhor Presidente, agradeceu a presença do Doutor LINDEMBERG DA MOTA SILVEIRA e deu por suspensos os trabalhos, do que, para constar, foi lavrada a presente Ata que lida e aprovada, vai assinada por mim, RONALDO MÁRCIO DO VALLE, Secretário dos Órgãos Colegiados e pelos membros da Assembléia Geral Extraordinária. A presente Ata é cópia fiel da transcrita no livro próprio. .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Representante do Acionista "DISTRITO FEDERAL"

LINDEMBERG DA MOTA SILVEIRA
Representante do Acionista "UNIÃO FEDERAL"

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

RONALDO MÁRCIO DO VALLE
Secretário dos Órgãos Colegiados

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Processo de Desp. de Exercícios Anteriores
Interessado: CBDF
Assunto: Reconhecimento de Dívidas

DESPACHO

Reconheço nos termos do Art. 1º, Parágrafo Único, Inciso III, do Decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, a dívida, por "Exercícios Findos", conforme discriminação abaixo:

1) Pessoas Jurídicas:

Categoria	Nomes	Natureza	Dívida
Emp.Pública	Cia.de Águas e Esgotos de Brasília	Fornecimento	7.301,88
" "	Empresa de Telecomunicações de Brasília - TELEBRASÍLIA	Telefonemas	2.279,27
Emp.Pública	Cia.de Eletricidade de Brasília -CEB.	Fornecimento	3.899,73
" "	Cia. Telefônica Brasileira - CTB	Telefonemas	831,74
Firma Part.	Posto S.Cristóvão de Serviços Ltda.	Fornecimento	3.122,00
" "	Clínica Radiológica	Assist.Laborat.	5.082,42
" "	Laboratório Independência	Assist.Laborat.	3.148,00
	Soma... Cr$.		25.665,04

2) Pessoas Físicas:

Qualificação	Nomes	Natureza	Dívida
Major BM	Waldir Alves Pinheiro	Enc. Social	80,00
Capitão BM	Luiz Isaias Pereira	Enc. Social	17.495,24
Capitão BM	Edmilson Ferreira	Enc. Social	80,00
1º Ten. BM	Olivio Gabriel Torres	Vencimentos	1.736,00
1º Ten. BM	Luiz Carlos da Fonseca Cardoso	Vencimentos	8.971,90
1º Ten. BM	Sebastião Nunes Gomes	Vencimentos	2.814,00
2º Ten. BM	Jorge do Carmo Pimentel	Diárias	236,00
2º Ten. BM	Edgard Geraldo Martins Dias	Diárias	236,00
2S BM/ 16	Elias Parrini	Enc. Social	930,00
2S BM/ 907	Manoel de Jesus Xavier	Reintegração	116.812,66
2S BM/1018	José Maria de Souza	Enc. Social	2.380,00
	À Transportar...		151.771,80

Qualificação	Nomes	Natureza	Dívida
	Transporte.....		151.771,80
2S BM/ 1218	Valdir Vitor Vieira	Enc. Social	200,00
2S BM/ Ref.	José dos Santos Louro	Enc. Social	12.411,00
2S BM/ Ref.	Luiz Nery Rodrigues	Enc. Social	11.874,10
3S BM/ 400	Rivanildo Nogueira Paiva	Diárias	164,00
3S BM/ 457	Adelio Cortes do Prado	Vencimentos	77,84
3S BM/ 742	Joaquim Rosa de Jesus	Enc. Social	160,00
3S BM/ 953	Luiz Carlos Vitoriano	Vencimentos	77,84
3S BM/ 50	José Ricardo Porto dos Santos	Vencimentos	2.843,60
Cabo BM/ 20	Pedro Amorim Filho	Diárias	82,00
Cabo BM/ 22	José Martins da Silva	Vencimentos	116,76
Cabo BM/ 56	Darcy de Almeida	Enc. Social	480,00
Cabo BM/110	Guimar Ferreira da Silva	Enc. Social	160,00
Cabo BM/258	Mathias Martins de Carvalho	Enc. Social	1.784,00
Cabo BM/911	Elson de Souza	Enc. Social	80,00
Cabo BM/1108	Paulo Antonio Rolim	Vencimentos	116,76
Cabo BM/1122	Sinesio Sousa da Silva	Enc. Social	400,00
Cabo BM/1132	João Mendes Neto	Enc. Social	440,00
Cabo BM/1159	Antonio Ferreira dos Santos	Enc. Social	360,00
Cabo BM/Ref.	Elizeu Francisco de Arruda	Enc. Social	15.675,73
Cabo BM/ 843	Juarez Vidal de Athayde	Enc. Social	240,00
SBM/ 136	Evangivaldo Francisco Santos	Enc. Social	240,00
SBM/ 216	Luiz Brandão Lyra	Enc. Social	736,00
SBM/ 260	Sebastião de Oliveira	Enc. Social	240,00
SBM/ 264	João Pereira dos Santos	Enc. Social	60,00
SBM/ 299	Sergio Dutra Corrêa	Enc. Social	160,00
SBM/ 317	José Nicmar da Costa	Enc. Social	240,00
SBM/ 347	Zacarias Rodrigues Silva	Enc. Social	320,00
SBM/ 217	Ilson Boaventura	Enc. Social	120,00
SBM/ 273	José Maria de Sousa Santos	Diárias	82,00
SBM/ 436	Raimundo Pereira dos Reis	Enc. Social	120,00
SBM/ 442	Lazaro Ferreira da Costa	Enc. Social	120,00
SBM/ 445	Renato Ramos Xavier	Enc. Social	80,00
SBM/ 484	José Selva dos Santos	Vencimentos	19,30
SBM/ 496	Otavio Claudio Ferreira de Castro	Enc. Social	400,00
SBM/ 524	Vitor Pedro da Silva	Enc. Social	2.307,12
SBM/ 536	João da Cruz Silva Reis	Diárias	82,00
SBM/ 541	Altamir de Souza Lobo	Diárias	82,00
SBM/ 597	Jorge Barbosa de Castro	Enc. Social	3.516,80
SBM/ 632	Clito Gomes de Souza	Enc. Social	120,00
	À Transportar..... Cr$.		208.560,65

Qualificação	Nomes	Natureza	Dívida
	Transporte.....		208.560,65
SBM/ 634	Eliaquim Ferreira de Lima	Enc. Social	480,00
SBM/ 733	Osmar Cardoso da Silva	Enc. Social	754,00
SBM/ 863	Raimundo Nonato Melo	Enc. Social	662,00
SBM/ 951	Paulo Maurício de Jesus	Enc. Social	400,00
SBM/1078	Manoel Batista de Lima	Enc. Social	200,00
SBM/1092	Pedro José Cristino	Diárias	82,00
SBM/1226	Francisco de Assis Custodio	Enc. Social	160,00
SBM/1238	João Carlos dos Santos	Enc. Social	480,00
SBM/1254	Dário Gonçalves Esch	Enc. Social	80,00
SBM/Ref.	José Magela de Araujo	Enc. Social	9.969,96
SBM/Ref.	Antonio Alves dos Santos	Enc. Social	7.746,40
SBM/Ref.	Wilson Rollemberg de Farias	Enc. Social	320,00
Pensionista	Julieta Ribeiro Ferreira	Enc. Social	4.422,00
Pensionista	Dagmar Barbosa de Castro	Enc. Social	1.451,20
	Soma... Cr$.		235.768,21

Gabinete do Comando Geral, em 27 de maio de 1977

ANTONIO SOLLERO - CORONEL
COMANDANTE-GERAL

DEPARTAMENTO DE TRANSITO

Atos do Diretor

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 305/77- DETRAN- DF, 01 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, item XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535, de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395955/77,

RESOLVE:

DESCREDENCIAR, a partir desta data, a Dra. MARIA GLAUCIA MARTINS - CRP- DF 0342, junto a Clínica Santa Lúcia, onde realizava exames psicotécnicos em candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação.
Brasília- DF, 01 de junho de 1977

JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 306/77- DETRAN- DF, 01 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, item XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº. 395955/77,

RESOLVE:

CREDENCIAR, a partir desta data, a Dra. MARIA GLAUCIA MARTINS - CRP DF 0342, junto à ESPRO - Empresa de Seleção Psico Profissional Sociedade Civil Ltda, para realizar exames psicotécnicos em candidatos à obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação.
Distrito Federal, 01 de junho de 1977
JOSEVAL BRITO CARNEIRO -Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 307/77- DETRAN- DF, 07 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 1.175 de 23 de outubro de 1969 do Exmo Senhor Governador do Distrito Federal,

RESOLVE:

CONSTITUIR Comissão Examinadora de Trânsito, Banca Especial , para proceder exames de conhecimentos técnicos de veículos a ser realizado na sede deste Departamento de Trânsito.
Dia 10 de junho de 1977 - Sexta-Feira às 08:30 horas.
JUAREZ ARRUDA GOMES DE SÁ- Bel - Presidente
ISMAEL BATISTA DE CARVALHO-Cap. Ex. Médico - Membro
ANTONIO DE SOUZA SOBRINHO - Supervisor - Membro
Brasília, DF, 07 de junho de 1977
JOSEVAL BRITO CARNEIRO- Bel
Diretor Geral

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. 313 DE 21 DE JUNHO DE 1977

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL (DETRAN - DF), no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 43, inciso XXVI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº.3535, de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista a aprovação em Concurso Público, realizado pelo IDR/SEA/DF,

RESOLVE:

Admitir, na forma do artigo 6º. da Lei nº. 6.296/75, pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, para exercerem os empregos de Agente de Trânsito, nível EP - 11, integrante da Tabela de Empregos Permanentes do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, aprovada pelo Decreto nº 3536, de 29 de dezembro de 1976, a partir desta data, os baixo relacionados, conforme a classificação obtida no processo seletivo:

1º.) José Reinaldo da Silva
2º.) Osvaldo Pedro de Melo
3º.) Filogonio Coelho dos Santos
4º.) Eurondes Antonio de Vasconcelos
5º.) Jesus Muniz Rodrigues
6º.) Divino Rocha da Silva
7º.) Fábio Martino dos Santos
8º.) Joaquim Francisco de Freitas
9º.) Sebastião Luiz da Silva
10º.) Sérgio Melo Rodrigues
11º.) Joaquim José Ferrari de Kaiser
12º.) José Pereira Barboza
13º.) Adhemar Bayer Valle
14º.) Silvano Alves Campos
15º.) João Alves Fernandes
16º.) José Dornellas da Silva Sobrinho
17º.) Sancho Filho Cursino
18º.) Waldemar Pereira de Medeiros Filho
19º.) Isaac Falcão Chaves
20º.) Jovair Manoel Lourenço
21º.) Delcino Vieira Nunes
22º.) Francisco de Assis Castro
23º.) Osni Aurélio Justus
24º.) Adeildo Souza Silva
25º.) Carlos Aquino dos Santos
26º.) Aneci Gonçalves Mancio
27º.) Antonio Nunes dos Santos Filho
28º.) Agenor Eustáquio de Carvalho
29º.) Orlando Ferreira de Araújo
30º.) Antonio Luís Vieira Rodrigues
31º.) Carlos Henrique Martins da Silva
32º.) Fanstone Matos de Alencar
33º.) João Marcondes Vieira
34º.) José Reis da Silva
35º.) José Iles Lopes
36º.) José Antonio de Araújo
37º.) Elias Honório da Silva

JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel
Diretor Geral

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO DO PESSOAL

ATOS DO CHEFE

PROCESSO 396095/77
SERVIDOR: PRISCILA SOUZA C. DE C. COSTANDRADE
DESPACHO: "CONCEDO salário família a servidora pelos seus dependentes DANIEL SOUZA CINTRA DE COSTANDRADE, filho, nascido em 03.03.77, conforme Registro nº. 4094, do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito Município e Comarca de Limeira, SP, JULIANA SOUZA CINTRA DE CARVALHO COSTANDRADE, filha, nascida em 28.01.75, conforme Registro nº. 76.222 do Cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais do Distrito, Município e Comarca de Limeira - SP, o pagamento a partir de junho/77".

PROCESSO: 396094/77
SERVIDORA: VILMA LÚCIA R. CAMPELO

DESPACHO: "CONCEDO salário família a servidora pelos seus dependentes HENDERSON RIBEIRO CAMPÊLO, filho, nascido em 13.09.74, conforme Registro nº. 64.459 do Cartório do 1º. Ofício de Registro Civil DF, HEVERSON RIBEIRO CAMPÊLO, filho, nascido em 10.05.77, conforme Registro nº. 08986 do Cartório do 1º. Ofício de Registro Civil, DF, o pagamento a partir de junho/77".

FRANCISCO DE SOUSA MOTA - Bel.
Supervisor do Pessoal

PROCURADORIA-GERAL

ATOS DO PROCURADOR-GERAL

PROCESSO Nº: 10.878/77
INTERESSADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Face às informações prestadas pela Seção de Orçamento e Finanças - DAG/PRG, RECONHEÇO, nos termos do inciso III, do artigo 1º., do Decreto nº 62.115, de 15.01.68, a dívida no valor de Cr$ 2.342,63 (dois mil, trezentos e quarenta e dois cruzeiros e sessenta e três centavos), a favor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO D TRITO FEDERAL, referente as faturas de fls. 02 a 07, constantes deste processo.

Brasília, 08 de junho de 1977.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
Procurador Geral

2ª PROCURADORIA-GERAL

Atos do Procurador-Chefe

PROCESSO Nº.: 027319/73
INTERESSADO: JOSÉ TEIXEIRA DE REZENDE
ASSUNTO: Parcelamento de débito

Com fulcro no Art. 2º. Parágrafo 2º. e 3º. do Decreto nº. 924, de 08 de janeiro de 1969, e face ao que consta dos autos CANCELO o parcelamento concedido.

PUBLIQUE -SE e ARQUIVE -SE.
Brasília, 16 de junho de 1.977

ROBERTO PIRES BARBOSA
2º. Subprocurador - Geral

Idêntico despacho foi proferido pelo Exmo. Sr. Dr. 2º. Subprocurador - Geral, nos processos abaixo discriminados.

PROCESSO Nº.: 058306/76
INTERESSADO: JUSTO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO.

PROCESSO Nº.: 059874/76
INTERESSADO: LAZARO GOMES RODRIGUES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO.

PROCESSO Nº.: 058150/76
INTERESSADO: LEONATO AGRIPPA DE VASCONCELLOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 058540/76
INTERESSADO: ILDEMAR WILNEY CORREIA DE MELO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº. 018870/74
INTERESSADO: JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 055167/76
INTERESSADO: JOÃO FRANCISCO DE CASTRO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 21594/72
INTERESSADO: EUVALDO ANTUNES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO .

PROCESSO Nº.: 019909/75
INTERESSADO: GUARACIARA NOGUEIRA ALVES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 055370/76
INTERESSADO: DROGARIA UNIÃO LIMITADA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 059193/76
INTERESSADO: ELIZABETH BARCELOS MELINO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 057263/76
INTERESSADO: CORCINO BARBOSA DE OLIVEIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 055804/76
INTERESSADO: DROGARIA CUNHA LIMITADA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 012022/74
INTERESSADO: CLARO PEREIRA DA SILVA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 060582/76
INTERESSADO: BRENO DE ANDRADE MAC - GINITY
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 004297/75
INTERESSADO: ARISTARTE GONÇALVES LEITE
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 022549/74
INTERESSADO: BENEDITO TELIS DA SILVA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 020098/75
INTERESSADO: ANTONIO T. QUITANDINHA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 029531/75
INTERESSADO: ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 058228/76
INTERESSADO: ANGELO CALVELO TARRIO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 033488/75
INTERESSADO: ANA MARIA DE JESUS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 30625/74
INTERESSADO: AGRILUME COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 057780/76
INTERESSADO: ADELINO VIEGAS DE LIMA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 058709/76
INTERESSADO: ZÉLIA NONATO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 004889/75
INTERESSADO: MARIA MADELEINE F. LOPES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 058826/76
INTERESSADO: ZULEIDE APARECIDA COSTA E OUTRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 22651/75
INTERESSADO: SEBASTIÃO RIBEIRO DOS SANTOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 018885/74
INTERESSADO: SEBASTIÃO SANTOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 018854/74
INTERESSADO: SEVERINO CABRAL MONTEIRO FILHO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 02504/74
INTERESSADO: TORNEADORA NASCIMENTO LTDA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 019490/74
INTERESSADO: VALDOMIRO OLIVEIRA DE MENEZES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 057781/76
INTERESSADO: YEDA LÚCIA PITANGUY SAMPAIO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 020071/74
INTERESSADO: ZELIA MARY NUNES GEIGER
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 037950/73
INTERESSADO: MARIA DAIZY A. SAMPAIO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 002493/75
INTERESSADO: MARIA EUNICE SOUTO DA SILVA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 058398/76
INTERESSADO: MARIA JOSÉ DOS SANTOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 023589/74
INTERESSADO: MARIA MARTINS FERREIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 031395/75
INTERESSADO: MARIA MONICA ROBERTA FARIA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 058048/76
INTERESSADO: MARILDE NUNES PEREIRA DOS SANTOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 27883/75
INTERESSADO: MOACYR DUTRA FILHO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 045521/73
INTERESSADO: MANOEL CATARINO DO NASCIMENTO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 25665/73
INTERESSADO: MACÁRIO ZACARIAS DE OLIVEIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 034825/73
INTERESSADO: NEZENILDE CARLOS DE MELO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 057965/76
INTERESSADO: RAIMUNDO ALVES DA CRUZ
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 011354/74
INTERESSADO: RAIMUNDO DOS SANTOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 001681/75
INTERESSADO: RAUL MIRANDA PEREIRA DE MELO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 023781/74
INTERESSADO: REDE REPRESENTAÇÕES DE MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 045510/73
INTERESSADO: ROSA ALVES GUIMARÃES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 20674/73
INTERESSADO: ROSANGELA VIEIRA DE JESUS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 036070/73
INTERESSADO: RUYTER PACHECO DE OLIVEIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 060316/76
INTERESSADO: LUIZ ALFREDO DE MORAES E OUTROS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 019809/75
INTERESSADO: LUIZ BINA XAVIER
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 27263/74
INTERESSADO: MARIA AMELIA DE CARVALHO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 034562/73
INTERESSADO: MANOEL MOISÉS DOS SANTOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 026387/73
INTERESSADO: MARIA ANTONIA DOS REMEDIOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 034854/73
INTERESSADO: MARIA APARECIDA DE SOUZA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 051453/76
INTERESSADO: MARIA DA CONCEIÇÃO SOUZA LOYOLA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 26052/75
INTERESSADO: MARIA DA NATIVIDADE BEZERRA.
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 002687/75
INTERESSADO: JOÃO GONÇALVES SÃO PEDRO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 057224/76
INTERESSADO: JOSÉ ALBERTO T. DA SILVA E OUTRO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 028659/73
INTERESSADO: JOSÉ ANTONIO DA COSTA FILHO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 006436/75
INTERESSADO: GRAFICA BRASIL CENTRAL LTDA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 058510/76
INTERESSADO: JOSÉ CALIXTO DE CAMPOS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 044261/73
INTERESSADO: JOSÉ MANOEL ALVES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 23208/73
INTERESSADO: J. F. GUIMARÃES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 017766/74
INTERESSADO: WALDIR MARTINS DA SILVA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 013793/74
INTERESSADO: EWERTINA DE SOUZA CARVALHO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 045726/73
INTERESSADO: ANTONIO FELIX DE CASTRO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 0411616/73
INTERESSADO: ERNANDE SOARES DA ROCHA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 004979/75
INTERESSADO: ELPIDIO PINTO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 019325/74
INTERESSADO: ELDER DE ARAUJO LIMA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 017038/74
INTERESSADO: EUCLIDES RODRIGUES DE MEDEIROS
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 24250/73
INTERESSADO: ARY MOREIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 018690/74
INTERESSADO: ADHEMAR DE OLIVEIRA GUERRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 027957/73
INTERESSADO: GETÚLIO IVAM CARREIRA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 023555/74
INTERESSADO: ANTONIO PEREIRA DA CRUZ
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 022437/74
INTERESSADO: AUGUSTO MARQUES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO.

PROCESSO Nº.: 000407/74
INTERESSADO: GILVAN NOPA DE AZEVEDO
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 034230/74
INTERESSADO: CAMILO IGINO DA CUNHA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 025779/74
INTERESSADO: BRASÍLIA PAL. SERV. DE BUFFET LTDA.
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 26964/74
INTERESSADO: ARIOVALDO LUIZ BONER
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 11265/72
INTERESSADO: ARMANDO DE ALBUQUERQUE LIMA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 12728/72
INTERESSADO: ANTONIO BATISTA SALES
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 016680/74
INTERESSADO: DUMITRU PAULESCU
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

PROCESSO Nº.: 035475/73
INTERESSADO: ORLANDO DE PAULA
ASSUNTO: PARCELAMENTO DE DÉBITO

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO DE OCUPAÇÃO DE AREA PARA FINS COMERCIAIS, SITUADA NO TERMINAL RODOVIARIO DE SOBRADINHO CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A INSTITUIÇÃO PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL - PAS, NA FORMA ABAIXO.

Aos 20 dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Administração Regional de Sobradinho, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor FERNANDO CORASSA, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Administrador Regional de Sobradinho, autorizado pelo art. 2º. inciso IV, do Decreto nº. 2998, de 05.09.75, bem como delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº. 29447/75 e do outro lado,a instituição PROTEÇÃO E AÇÃO SOCIAL-PAS, doravante denominada simplesmente OUTORGADA, neste ato representada pela Senhora EDWALTRIZ DE AMORIM PITHON FARIAS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Capital, na qualidade de Presidente, resolvem firmar o presente Termo de Ocupação, na conformidade do art. 24 da Lei nº. 4545 de 10.12.74, mediante as seguintes cláusulas: CLAUSULA PRIMEIRA - O presente tem por objeto a ocupação da dependência denominada Loja nº. 11, situada no Terminal Rodoviário de Sobradinho. CLAUSULA SEGUNDA -A OUTORGADA só poderá explorar o ramo de revenda de material escolar, fazendo - o, exclusivamente, na dependência referida na cláusula anterior. CLAUSULA TERCEIRA - Nenhuma alteração poderá ser feita na Loja nº. 11, sem prévia e expressa anuência do Distrito Federal, ficando, desde logo, estabelecida que, qualquer benfeitoria será incorporada ao imóvel, sem que à OUTORGADA assista qualquer direito à retenção ou indenização. CLAUSULA QUARTA - A OUTORGADA obriga - se a respeitar e fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, os regulamentos baixados pela Administração Regional de Sobradinho, relativo à outorgada, que passam a integrar este ajuste, independentemente de transcrição, bem como quaisquer outras instruções normativas baixadas pelo Distrito Federal, que lhe sejam pertinentes. PARAGRAFO PRIMEIRO - O descumprimento do disposto nesta cláusula sujeitará a OUTORGADA ao pagamento de multa calculada sobre o valor padrão q que se refere a Lei nº. 6205, de 29 de abril de 1975, fixado em legislação posterior. PARAGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de reincidência da OUTORGADA a multa prevista na cláusula anterior será exigida em dobro, e em caso de terceira incidência, operar - se - á rescisão contratual, sem que à OUTORGADA caiba direito a qualquer indenização. CLÁUSULA QUINTA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Sobradinho, poderá exigir o afastamento do recinto do Terminal Rodoviário de Sobradinho, de qualquer dos prepostos e empregados da OUTORGADA, cuja presença se torne comprovadamente imprópria ao interesse público. CLAUSULA SEXTA -Correrão à conta da OUTORGADA as despesas com energia elétrica, incluída a parte que lhe couber, em rateio, pelo consumo nos locais de acesso à área cuja ocupação é ora ajustada, teletone, gás, água e esgotos, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos tributários, representados por impostos e taxas. CLAUSULA SÉTIMA -A OUTORGADA , pagará ao Distrito Federal a importância de Cr$. 638,30 (seiscentos e trinta e oito cruzeiros e trinta centavos), a qual deverá ser recolhida de uma única vez, sendo que a primeira, tornar - se - á executória, no ato da assinatura deste termo e as demais, a cada período sucessivo de 12 (doze) meses. PARAGRAFO UNICO - O atraso no pagamento de que trata esta cláusula sujeitará a OUTORGADA às seguintes sanções: I) multa de 10% (dez por cento) ao mês, calculada sobre o valor do débito; II) mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o débito. CLAUSULA OITAVA- O valor da Taxa de Ocupação mencionado na cláusula anterior será reajustável na conformidade do critério estabelecido no art. 2º. da Lei nº. 6205, de 29 de abril de 1975, regulamentada em legislação posterior. CLAUSULA NONA - A OUTORGADA obriga - se a manter em funcionamento o seu local de comércio, de acordo com as necessidades do Terminal Rodoviário de Sobradinho. CLÁUSULA DÉCIMA - O DISTRITO FEDERAL não se responsabilizará por danos ou riscos de qualquer espécie, que porventura ocorram nas instalações e/ou objetos existentes na aludida dependência, os quais correrão sob inteira responsabilidade da OUTORGADA. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O asseio e conservação da loja referida na Cláusula Primeira, concedida pelo Distrito Federal, serão de responsabilidade da OUTORGADA. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os serviços próprios ao ramo de comércio da OUTORGADA deverão ser executados atendendo os requisitos observados pelos estabelecimentos de melhor conceito, de modo especial quanto à higiene, sendo - lhe defeso cobrar, por tal execução preço superior ao do comércio congênere estabelecido na cidade. CLAUSULA DECIMA TERCEIRA A OUTORGADA deverá obedecer a todas as disposições baixadas pelos órgãos controladores de preços, no que lhe forem aplicáveis ao seu ramo de comércio. CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - A violação, pela OUTORGADA, de qualquer cláusula deste ajuste, importará em sua rescisão, ressalvado o disposto nos Parágrafos Primeiro e Segundo da Cláusula Quarta e Parágrafo Único da Cláusula Sétima, sem que o Distrito Federal se obrigue ao pagamento de qualquer indenização. CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - A OUTORGADA não poderá transferir o objeto deste Termo, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do Distrito Federal. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os débitos para com a Fazenda Pública do Distrito Federal, que decorrerem do presente instrumento, serão cobrados mediante execução, nos termos do Código de Processo Civil. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O DISTRITO FEDERAL, através da Administração Regional de Sobradinho, designará um executor para o presente ajuste, ao qual incumbirão as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- Este instrumento terá vigência por 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, à expensas da OUTORGADA, devendo o pedido de prorrogação ser formulado com antecedência de 90 (noventa) dias do seu término. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, estando assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em Livro próprio da 1a. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo. PELO DISTRITO FEDERAL (as.) FERNANDO CORASSA; PELA OUTORGADA (as.) EDWALTRIZ DE AMORIM PITHON FARIAS; TESTEMUNHAS; (as.) IVAN GOMES RIBEIRO e BENILDE CARDOSO ROSA.

CERTIDÃO: Certifico que a presente cópia contere com o original e foi extraída do Livro de Registro de Contratos e Convênios Nº. 28, fls. 498/500, da 1a. Subprocuradoria Geral do Distrito Federal. BRASILIA, 20/05/1977, MANOEL CÉSAR NETO: Divisão de Assuntos Administrativos/1a. SPRG - Diretor, VISTO. Em, 24 de maio de 1977 - JÚLIO CÉSAR SANTOS, 1º. Subprocurador - Geral do DF (DAR, de 16.06.77 - Cr$ 602,40).

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

TOMADA DE PREÇOS Nº. TP-031/77 - CAESB

PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCREVER, DE SOMAR E CALCULADORA ELETRONICA

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços nº. TP - 031/77 - CAESB, para aquisição de máquinas de escrever, de somar e calculadora eletrônica, que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, fará realizar às 15:00 horas do dia 08 de julho de 1.977, no 2º. andar do Edifício - Sede, no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs. 67 a 97, em Brasília - Distrito Federal.

O Edital, as especificações e as normas referentes à licitação em tela, poderão ser adquiridos no Departamento de Material no 2º. andar do Edifício da CAESB, e quaisquer informações adicionais a respeito do Edital, serão prestadas no Serviço de Apoio as Licitações no mesmo local do Edifício.

Brasília, 15 de julho de 1.977
Engº. NEI JAPUR
Departamento de Material

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 067/77 - IDR

Resultado do Teste de Verificação de Desempenho a que se submeteram os optantes pela Clientela Geral, para transformação de cargos à Categoria Funcional de Técnico de Contabilidade Código NM - 816, do Grupo - Outras Atividades de Nível Médio, conforme o Edital nº 034/77.

Nº de ORDEM	MATRICULA	NOME	NOTA
01	1.001	Ionice Nogueira Amaral	80
02,	2.386	Antonio Januário Portela	100
03	4.689	Antonio Eleutério da Silva	90
04	5.601	Waldelice Pereira Cortez	88
05	5.734	Jane Orlando Lins	78
06	5.853	Eliane Afonso Teixeira	66
07	6.121	Alzira Pereira Neiva	84
08	12.610	Zelia Leal da Gama	82
09	16.885	Vicente Pereira Lima	78
10	16.977	Antonio de Souza Amorim	94

Brasilia, 17 de junho de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

EDITAL Nº 20/77- EXECUÇÃO

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, após convocação feita em Edital, publicado no "Distrito Federal" nº 81, de 02 de maio de 1977, referente a reposição de importância recebidas indevidamente e após o prazo formulado para o comparecimento, localização ou apresentação e julgamento de defesa, executa o (os) abaixo (s) relacionado (s) ou seu representante legal a recolherem aos cofres do Governo do Distrito Federal no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data de publicação deste Edital, as quantias a seguir indicadas ou apresentarem recursos neste prazo, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

MATRÍCULA	NOME	LOTAÇÃO	PROCESSO	V A L O R
18.780	Roberto Pereira Vieira	SEA	007.011/77	Cr$: 2.197,92
18.917	Helio Tannus de Almeida	RA-II	009.608/77	Cr$: 1.785,81
07.016	Corália de Faria Traverso	SEC	033.864/76	Cr$: 227,00

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522,

de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA

No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF.

Preço - Cr$ 20,00.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

EDITAL Nº 13/77- CONVOCAÇÃO

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, pelo presente convoca o (s) abaixo (s) relacionado (s) ou em sua falta o seu representante legal, para comparecerem à Divisão de Cadastro Financeiro do Governo do Distrito Federal, localizada no Edifício Brasília, 10º andar, no horário das 14:00 às 16:00 horas, a fim de recolherem aos seus cofres a importância a seguir indicada ou apresentarem recursos tudo no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Edital, conforme decisão exarada em processo:

MATRÍCULA	NOME	LOTAÇÃO	PROCESSO	VALOR
18.778	Walter Garcia de Deus	SEG	009.612/77	Cr$: 3.385,16
11.913	Francisco Pereira de Souza	SES	010.770/77	Cr$: 496,50
06.096	Anisia Rocha	SES	011.855/77	Cr$: 2.908.34

NOVO ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 7º Andar.

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

AVISO DE EDITAL Nº 11/77- IMÓVEIS

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, leva ao conhecimento dos interessados que colocará em LICITAÇÃO PUBLICA lotes para Residência, Chácara, Mansão, Comércio e Indústria, no PLANO PILOTO e CIDADES SATÉLITES, obedecidas as condições do EDITAL Nº 11/77 - IMÓVEIS, afixado no 3º andar do Edifício ASCB, localizado na Quadra 06 - Bloco "L" - do Setor de Autarquias Sul, onde poderão obter exemplares ou maiores informações. As propostas deverão ser entregues entre 08:00 e 09:00 horas do dia 22 (VINTE E DOIS) DE JULHO DE 1977, no 1º andar do Edifício supra e a abertura das mesmas será realizada após o encerramento dos trabalhos da Comissão, relativo à primeira etapa (recebimento das propostas). O depósito da CAUÇÃO não poderá ultrapassar o horário de 16:00 horas do dia 19 (DEZENOVE) DE JULHO DE 1977. As Guias de Recolhimento da caução podem ser encontradas em qualquer AGÊNCIA DO BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A e também no 1º subsolo onde funciona a Tesouraria da TERRACAP.

Brasília, 16 de junho de 1977

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

EDITAL Nº. 14/77 - CONVOCAÇÃO

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, pelo presente convoca o(s) abaixo (s) relacionado(s) ou em sua falta o seu representante legal, para comparecerem à Divisão de Cadastro Financeiro, do Governo do Distrito Federal, localizada no Edifício Brasília, 10º. andar, no horário das 14:00 às 16:00 horas, a fim de recolherem aos seus cofres a importância a seguir indicada ou apresentarem recursos tudo no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Edital, conforme decisão exarada em processo:

MATRICULA	NOME:	LOTAÇÃO	PROCESSO	VALOR
18.098	Carlos Rubens Campelo Bezerra	SEA	009.614/77	Cr$ 2.261,55

NOVO ENDEREÇO: Anexo do Palácio do Buriti - 7º. andar.

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

EDITAL Nº. 21/77 - EXECUÇÃO

O DIRETOR DA DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO, da Coordenação do Sistema de Pessoal, da Secretaria de Administração, após convocação feita em Edital, publicado no "Distrito Federal" nº. 100, de 27 de maio de 1977, referente a reposição de importâncias recebidas indevidamente e após o prazo formulado para o comparecimento, localização ou apresentação e julgamento de defesa, executa o (os) abaixo (s) relacionado (s) ou seu representante legal a recolherem aos cofres do Governo do Distrito Federal no prazo de 15 (quinze) dias a partir da data de publicação deste Edital, as quantias a seguir indicadas ou apresentarem recursos neste prazo, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa.

MATRICULA	NOME	LOTAÇÃO	PROCESSO	VALOR
07.693	Ary Façanha de Sá		001.978/77	Cr$ 58.463,29

Brasília, 17 de junho de 1977

ARTUR SALVIANO FILHO

Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

TOMADA DE PREÇOS Nº. TP - 032/77 - CAESB

PARA AQUISIÇÃO DE MANILHAS DE GRÊS VITRIFICADO.

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços nº. TP - 032/77 - CAESB, para aquisição de manilhas de grês vitrificado, destinadas ao Sistema Coletor de Brasília e áreas adjacentes, que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, fará realizar às 15:00 horas do dia 06 de julho de 1.977, no 2º. andar do Edifício - Sede, no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs. 67 a 97, em Brasília - Distrito Federal.

O Edital, as especificações e as normas referentes à licitação em tela, poderão ser adquiridos no Departamento de Material no 2º. andar do Edifício da CAESB, e quaisquer informações adicionais a respeito do Edital, serão prestadas no Serviço de Apoio as Licitações no mesmo local do Edifício.

Brasília, 15 de junho de 1.977

Engº. NEI JAPUR
Departamento de Material

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

TOMADA DE PREÇOS Nº. TP - 033/77 - CAESB

PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NO RESTAURANTE DA CAESB E A DIVERSAS UNIDADES SUJEITAS A SUA ADMINISTRAÇÃO

Chamamos a atenção dos interessados para a Tomada de Preços nº TP-033/77 - CAESB, para fornecimento de refeições no restaurante da CAESB e a diversas unidades sujeitas a sua administração, que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília, fará realizar às 15:00 horas do dia 07 de julho de 1.977, no 2º. andar do Edifício - Sede, no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nºs. 67 a 97, em Brasília - DISTRITO FEDERAL.

O Edital, as especificações e as normas referentes à licitação em tela, poderão ser adquiridos no Departamento de Material no 2º. andar do Edifício da CAESB, e quaisquer informações adicionais a respeito do Edital, serão prestadas no Serviço de Apoio as Licitações no mesmo local do Edifício.

Brasília, 15 de junho de 1.977
Engº. NEI JAPUR
Departamento de Material

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 066/77 - IDR

CONVOCAÇÃO

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, convoca os concursados, abaixo relacionados, para comparecerem à sede do Instituto, no Setor de Garagens Oficiais - Área Especial nº 01, até o dia 24/06/77, das 08:30h às 11:30h, para tratar de assunto de seu interesse.

TÉCNICO DE CONTABILIDADE
01 - JOSÉ ALVES COSTA
02 - EZILMA SUELI ABRIGHI DE ARAUJO

CAIXA
01 - SERAPIÃO DIAS NETO
02 - JAIDER MARTINS CARDOSO
03 - RICARDO SILVA
04 - MARIA IVETE XAVIER

A falta de atendimento à presente convocação, no prazo acima determinado, será considerada como desistência às vagas a que fizeram jus através do concurso específico, eximindo o IDR de qualquer obrigação junto ao candidato.

Brasília, 17 de junho de 1977.

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
BRASÍLIA- D.F.
"EDITAL"

Bel. GERALDO MALVAR, Oficial em exercício do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por parte da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, sucessora e mandatária da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP - foi depositado neste Cartório, para fins do Decreto - Lei nº 58, de 10 de Dezembro de 1937, regulamentado pelo Decreto nº 3.079, de 15 de Setembro de 1938 e, também, de acordo com o Decreto- Lei nº 271, de 28 de Fevereiro de 1967, o Memorial de Loteamento denominado SETOR RESIDENCIAL INDUSTRIA E ABASTECIMENTO - SRIA - III, situado na zona Metropolitana Sul, do Distrito Federal, em área desapropriada e já objeto de Edital anteriormente publicado e que fazia parte da antiga fazenda "BANANAL" ou "LARGA DO BANANAL". A área total desse loteamento é de 2.046.372,10m2 ou 24ha 63a e 72,10 ca distribuída em lotes de terrenos, ajardinamento, estacionamento, vias de acesso, calçadas, espaços livres e, inclusive, futura urbanização, e fica compreendida dentro das seguintes divisas: ESTRADA PARQUE TAGUATINGA- EPTG, REDE FERROVIÁRIA FEDERAL, SETOR DE INFLAMÁVEIS e o SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO, devendo as impugnações daqueles que se julgarem prejudicados com o registro do loteamento em apreço, serem apresentadas dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da 3ª e última publicação do presente Edital. Findo o referido prazo e não havendo reclamações, será feito o registro. Dada e passado nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, aos 17 de Junho de 1977, (dezessete dias do mês de Junho de mil novecentos e setenta e sete).

Geraldo Malvar - Oficial em exercício.

(Dias 22, 24 e 27)

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA.

TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/77 TCB.

TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE6 CARROCERIAS A SEREM MONTADAS EM CHASSIS MERCEDES BENZ, MODELO LO - 608 - D/41.

O Presidente da Comissão Especial de Tomada de Preços, de acordo com a legislação vigente, faz público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas, do 15º.dia da publicação deste Edital no "Diário Oficial do Distrito Federal", prorrogando - se para o primeiro dia útil subsequente, caso o mesmo caia em feriado, ponto facultativo, sábado ou domingo, na sala de reuniões do Serviço de Compras, no Edifício Sede da TCB, no Setor de Garagens Oficiais, Quadra 06, Lote Único, telefone 23. 0776, nesta Capital Federal, reunir - se - á a referida Comissão, a fim de receber propostas para fornecimento de 20 (vinte) carrocerias a serem montadas em chassis Mercedes Benz, Modelo LO - 608 - D/41.

1.0 - DA HABILITAÇÃO

1.1 - Somente poderão participar desta Tomada de Preços, as firmas regularmente inscritas no Cadastro de Fornecedores da Coordenação do Sistema de Material da Secretaria de Administração do Governo do Distrito Federal, em cujo ramo de atividade se enquadre o material da presente Licitação.

1.2 - No dia, hora e local aqui fixados, o proponente deverá apresentar sua documentação e sua proposta, em envelopes separados e fechados, contendo em sua parte externa e fronteira, além da razão social, os dizeres: SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA - COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/77 - TCB, o primeiro com o sub - título "DOCUMENTAÇÃO" e o segundo "PROPOSTA".

1.3 - O envelope da "DOCUMENTAÇÃO", deverá conter unicamente e exclusivamente:

a) - Certificado de Inscrição de Fornecedores, expedido pela Coordenação do Sistema do Material do G.D.F. com validade para o presente exercício;

b) - Uma via do recibo de depósito da caução.

1.4 - O Certificado de Inscrição de que trata a letra "a" do subitem 1.3, poderá ser substituído por fotocópia autenticada do Certificado de Inscrição do Registro Central de Fornecedores da NOVACAP ou do Ministério da Fazenda, com validade para o presente exercício.

2.0 - DAS PROPOSTAS

2.1 - As propostas deverão ser datilografadas, em 02 (duas) vias, em papel formato ofício, sem rasuras, emendas ou entrelinhas que levam a dúbia interpretação, devidamente assinadas e com todas as folhas rubricadas, contendo:

a) - nome e endereço do proponente;

b) - preço unitário e total, em algarismos e por extenso, pelo qual o proponente se compromete a forneceer as carrocerias montadas nos chassis, conforme especificações do Anexo Único;

c) - Prazo de validade da proposta não inferior a 30 (trinta) dias;

d) - Prazo de entrega das unidades encarroçadas, na Garagem da TCB, em Brasília, não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento dos chassis;

e) - Declaração de que todos os impostos, taxas, emolumentos e demais despesas que onerem ou venha onerar as unidades novas ou usadas, correrão por conta do proponente;

f) - O licitante deverá detalhar, minunciosamente, na proposta, as características dos seguintes ítens: ESTRUTURA, REVESTIMENTO EXTERNO, REVESTIMENTO INTERNO, CAPACIDADE DE PASSAGEIROS SENTADOS, LIMPADORES DE PARA-BRISA, TOMADAS E SAÍDAS DE AR, PEGA - MÃO, ESPELHO RETROVISOR, BANCO DO MOTORISTA, ACABAMENTO E ACESSORIOS EXIGIDOS PELO CONTRAN;

g) - Prospectos explicativos, plantas, fotografias e características técnicas da carroceria e catálogo de peças de reposição;

h) - Declaração de aceitação de todas as condições e especificações do presente Edital, e seu Anexo Único.

2.2. - NÃO SERÃO CONSIDERADAS AS PROPOSTAS:

a) - Que contiverem emendas, borrões, rasuras ou entrelinhas;

b) - Cujo preço não for expressamente declarado;

c) - Que não estiverem de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seu Anexo Único; e

d) - Quando não forem assinadas pelos representantes legais ou procuradores.

3.0 - DA CAUÇÃO

3.1 - A participação na presente Tomada de Preços depende de depósito de caução na Tesouraria da TCB, em Brasília, até 30 (trinta) minutos antes da hora prevista para o recebimento das propostas, a quantia de Cr$ 100.000,00 (CEM MIL CRUZEIROS), que poderá ser em dinheiro, cheques visado, título da dívida pública ou obrigações de Brasília, estes representados pelos respectivos valores nominais.

3.2 - O depósito referido no sub - ítem anterior reverterá em benefício da TCB se o proponente escolhido e aceito, se recusar, por qualquer motivo, a ultimar a transação ou não cumprir no prazo marcado.

3.3 - Conhecidos os resultados da Tomada de Preços e a ordem da classificação dos licitantes, as cauções serão devolvidas, mediante requerimento dos interessados ao Presidente da Comissão, exceção feita à caução da firma declarada vencedora, que ficará em poder da TCB, para garantia da assinatura do contrato, podendo ser reforçada para garantir o fornecimento.

3.4 - Em caso de rescisão do contrato e interrupção do fornecimento, não será devolvida a caução, a menos que a rescisão ou paralisação do fornecimento das carrocerias, decorra de acordo com a TCB.

3. 5 - A caução da firma vencedora, devidamente reforçada, poderá ser levantada 60 (sessenta) dias após o recebimento pela TCB da última unidade encarroçada.

4.0 - DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 - O recebimento das propostas e documentação será feito no dia, hora e local previstos neste Edital, pela Comissão Especial, devendo os trabalhos obedecerem à seguinte ordem:

4.1.1 - Na presença dos proponentes e demais pessoas que queiram assistir, serão recebidos os envelopes devidamente fechados, os quais serão numerados de acordo com a ordem de apresentação do Presidente da Comissão;

4.1.2 - Após o Presidente da Comissão haver declarado encerrado o prazo do recebimento das propostas, nenhuma outra será recebida, nem tampouco serão permitidos adendos, acréscimos ou esclarecimentos às mesmas, que venham alterar seu conteúdo original;

4.1.3 - Iniciar - se - á a abertura pelos envelopes identificados com o sub - título "DOCUMENTAÇÃO";

4.1.4 - No caso de eliminação do proponente por falta da "DOCUMENTAÇÃO", não será aberto o segundo envelope contendo a "PROPOSTA", o qual será devolvido ao interessado, mediante recebido, mencionando o motivo da exclusão.

4.1.5 - Após as eventuais eliminações, serão abertos os envelopes contendo as "PROPOSTAS", e lidos em voz alta seus conteúdos;

4.1.6 - Os membros da Comissão e os proponentes rubricarão todas as folhas das propostas e demais elementos anexos;

4.1.7 - Da reunião para recebimento e abertura das propostas lavrar - se - á ata circunstâncias, devendo ser a mesma assinada pela Comissão e todos os proponentes;

4.1.8 - Toda e qualquer declaração deverá constar, obrigatoriamente, da ata, ficando sem direito interpor qualquer recurso, o proponente que as negar a rubricar os documentos a que se referem os ítens, digo, sub - ítens 4.1.6 e 4.1.7.

5.0 - DO JULGAMENTO

5.1 - O julgamento das propostas será feito pela Comissão Especial de Tomada de Preços.

5.2 - Feito o julgamento das propostas, será o processo de Tomada de Preços encaminhado ao Senhor Diretor Superintendente, com relatório, salientando a (s) proposta (s) vencedora (s).

5.3 - Para julgamento, atendidas as condições do presente Edital, considerar - se - á vencedora a proposta que apresentar dentro do previsto no Anexo Único, o menor preço unitário e global para as carrocerias novas.

5.4 - Poderá a Comissão, por razões técnicas fundamentadas ou administrativas, optar por outra poposta considerada mais vantajosa para a TCB.

6.0 - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento das carrocerias novas será feito contra entrega das unidades encarroçadas.

7.0 - PRAZOS E MULTAS

7.1 - O prazo para assinatura do contrato de fornecimento das unidades será de 10 (dez) dias úteis após a convocação para este fim, feita pelo Serviço Jurídico da TCB, sob pena de perda de caução e demais cominações legais;

7.2 - O prazo para entrega das novas unidades será de no máximo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento dos chassis.

7.3 - A firma vencedora obriga - se a entregar os ônibus no Almoxarifado da TCB, a uma Comissão de recepção previamente designada para tal fim, no Setor de Garagens Oficiais, em Brasília - Distrito Federal.

7.4 - Havendo atrazo na entrega das unidades novas, será aplicada uma multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da unidade que se atrazar, por dia de atrazo, acrescida de quaisquer despesas que sejam necessárias à efetivação de cobrança amigável ou judicial.

8.0 - DISPOSIÇOES FINAIS

8.1 - Fica entendido que o licitante ao apresentar sua proposta, se declara conhecedor de todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seu Anexo único, bem como se sujeita às demais prescrições que o Direito estabelecer para a conveniente aplicação de legislação em vigor.

8.2 - A TCB se reserva o direito de anular a presente Tomada de Preços ou de adjudicá - la no todo ou em parte a um ou mais proponentes sem que aos concorrentes preteridos caiba indenização ou reclamação de qualquer natureza;

8.3 - Em caso de anulação, os proponentes terão direito a levantar a caução e receber a documentação que acompanha a respectiva proposta, mediante requerimento ao Presidente da Comissão;

8.4 - Os interessados que desejarem quaisquer esclarecimentos de caráter legal, técnico ou a respeito das especificações exigidas neste Edital e seu Anexo Único, serão atendidos durante o expediente da Empresa, pela Comissão Especial de Tomada de Preços, no Serviço Jurídico da TCB, em Brasília, no Setor de Garagens Oficiais, ou pelo telefone 23 - 0776.

Brasília - DF., 20 de junho de 1977

J.J. SAFE CARNEIRO
Presidente Comissão

SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA
T. C. B.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	E S P E C I F I C A Ç Õ E S
01	20	U	CARROCERIA URBANA construída sobre chassis marca MERCEDES-BENZ,LO-608-D/41, com poltronas modelo urbano, estofadas com espuma latex, revestidas com vulcoro, devendo serem especificados os seguintes itens: tipo do assoalho e seu tratamento; tapete; porta e seu acionamento; localização da chave geral; localização da caixa de baterias e blindagem; luminárias; porta de emergência. OPÇÃO - Deverão ser apresentadas versões da carroceria com 01 (uma) e com 02 (duas) portas. OBSERVAÇÃO - Os chassis MERCEDES-BENZ LO-608-D/41, serão fornecidos pela TCB, em São Bernardo do Campo, em São Paulo, Fábrica da Mercedes Benz, até o dia XX/XX/XX , correndo o transporte do chassis por conta do licitante. Os veículos encarroçados deverão ser pintados nas cores da TCB, com logotipo, número de ordem e dizeres internos na cor preta. Deverão ter itinerário na parte superior do parabrisa dianteiro, com nomes de linhas a serem fornecidas pela TCB.

PREÇO DESTE EXEMPLAR CR$ 2,00